



Universidade Católica Portuguesa
Instituto de Estudos Políticos

**Relação entre a desconfiança nas instituições
políticas e a crise da representação política**

Maria Miguel Moreira Gomes

Tese de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Orientador: **Prof. Doutor Miguel Morgado**

Abril 2016

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação do Prof. Doutor Miguel Morgado, apresentada no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa para obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na especialidade de Ciência Política.

Aos meus avós, que me queriam ver mestre

AGRADECIMENTOS

O trabalho desenvolvido ao longo desta tese não existiria sem a orientação do Prof. Doutor Miguel Morgado, pelo que o meu agradecimento se dirige em primeiro lugar ao meu orientador. Desde a pergunta de partida até à conclusão desta tese, devo-lhe todo o meu agradecimento pelo apoio e prontidão na resposta, que reconheço terem sido fundamentais na elaboração deste trabalho.

Agradeço também ao Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa e ao seu excelente corpo docente que me introduziu na área da Ciência Política. O interesse que desenvolvi pela teoria política teve origem em disciplinas como Filosofia Moral, História do Pensamento Político, Tradição da Liberdade, Economia Política, entre tantas que me proporcionaram olhar para o homem como um agente político e para a história como uma confirmação do presente.

Aos meus pais, que sempre estimularam a procurar o saber e o conhecimento como fonte de riqueza pessoal. A eles lhes devo a minha carreira académica, sustentada no exemplo que me dão diariamente, no seu esforço e educação. Aos meus irmãos, pela presença indispensável que sempre representaram e para quem procuro ser uma referência.

À Mafalda, ao Pedro e ao Bernardo que desde sempre partilharam comigo cada página escrita ou capítulo terminado e que me completam o significado de amizade. Às minhas amigas de uma década, muito obrigada por serem um equilíbrio fundamental. Por último, ao Francisco que vê a vida como um desafio, pela sua determinação que me motiva a procurar a excelência, por todo o seu apoio, muito obrigada.

RESUMO

Na história do pensamento político moderno, a representação política é um conceito basilar da democracia, uma expressão do pluralismo. Todavia, a representação política tem vindo a sofrer desvios do seu conceito original e, em conjugação com vários fatores, tais como a desconfiança nas instituições políticas, conduz a uma crise da representação política.

Paralelamente, verifica-se em Portugal uma desconfiança generalizada nas instituições políticas. Este panorama de desconfiança e insatisfação com o funcionamento da democracia é sentido nas últimas décadas e demonstra um aumento gradual.

A tendência gradual e persistente de desconfiança nas instituições nacionais e europeias, bem como a insatisfação com o funcionamento da democracia são fatores de influência para a crise da representação política em Portugal.

Palavras-chave: representação política; confiança política; instituições políticas; crise da representação política.

ABSCTRACT

The modern political thought classifies political representation as a fundamental concept of democracy and an expression of pluralism in society. Nevertheless, the concept of political representation has been experiencing a deviation from its essence, which along with other concepts as the lack of trust in political institution, has led do a crisis of political representation.

Simultaneously, it is possible to confirm a generalized distrust in political institutions. The scenario of distrust and insatisfaction on how democracy runs in Portugal is evident in the last decades and has shown a gradual rise.

The gradual and lasting trend of distrust in the national and European political institutions, as well as insatisfaction with democracy contribute to the crisis of political representation in Portugal.

Keywords: political representation; political trust; political institutions; crisis of political representation.

ÍNDICE

I.	ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS.....	9
II.	INTRODUÇÃO	12
III.	REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	14
	a. Fundamentação teórica do conceito.....	14
	i. O que é representar?	
	ii. De onde surge o conceito de representação política	
	iii. O papel do representado e do representante	
	iv. Principais teorizações	
	b. Relação entre a representação e o poder.....	31
	i. Limites e deveres do poder	
	ii. Limites e deveres da representação política	
IV.	CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS.....	37
	a. Contexto.....	37
	i. (des)Confiança e (ins)Estabilidade política	
	b. Dados de confiança nas instituições políticas.....	49
	i. Em Portugal	
	ii. Na Alemanha, Espanha, União Europeia e Reino Unido	
	c. Verifica-se desconfiança nas instituições políticas?.....	60
V.	CRISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	62
	a. A desconfiança nas instituições políticas conduz a uma crise da representação política?.....	62
VI.	CONCLUSÕES.....	65
VII.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	67

VIII. ANEXOS.....81

ÍNDICE DE GRÁFICOS E TABELAS

- Gráfico 1: "Quais são os dois principais problemas que o seu país enfrenta neste momento?" – Portugal (de 05/2005 a 11/2015)
- Gráfico 2: "Como classifica a atual situação do emprego no seu país?" - Portugal (05/2005 a 11/2015)
- Gráfico 3: "Como classifica a atual situação do emprego no seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 4: "Como classifica a atual situação económica do seu país?" - Portugal (de 05/2005 a 11/2015)
- Gráfico 5: "Como classifica a atual situação económica do seu país?" – Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 6: "Como avalia atualmente a qualidade de vida no seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 7: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Governo do seu país?" - Portugal (10/2001 a 11/2015)
- Gráfico 8: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Governo do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 9: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Governo do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (10/2001)
- Gráfico 10: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento do seu país?" - Portugal (11/2000 a 11/2015)
- Gráfico 11: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 12: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento do seu país?" - Alemanha, Espanha, Portugal e Reino Unido (11/2000)
- Gráfico 13: "Tem tendência para confiar ou não confiar na Justiça/sistema legal do seu país?" - Portugal (04/2001 a 05/2015)
- Gráfico 14: "Tem tendência para confiar ou não confiar na Justiça/sistema legal do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (05/2015)
- Gráfico 15: "Tem tendência para confiar ou não confiar nos governos de autoridade pública local ou regional do seu país?" - Portugal (10/2008 a 11/2015)

- Gráfico 16: "Tem tendência para confiar ou não confiar nos governos de autoridade pública local ou regional do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 17: "Tem tendência para confiar ou não confiar nos partidos políticos do seu país?" - Portugal (11/2000 a 11/2015)
- Gráfico 18: "Tem tendência para confiar ou não confiar nos partidos políticos do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 19: "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no seu país?" - Portugal (04/1974 a 11/2015)
- Gráfico 20: "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 21: "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?" - Portugal (03/1993 a 11/2015)
- Gráfico 22: "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 23: "Como avalia a sua ligação/sentimento de pertença à União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2014)
- Gráfico 24: "Tem tendência para confiar ou não confiar na União Europeia?" - Portugal (10/2003 a 11/2015)
- Gráfico 25: "Tem tendência para confiar ou não confiar na União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 26: "Tem tendência para confiar ou não confiar na União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (10/2003)
- Gráfico 27: "Tem tendência para confiar ou não confiar na Comissão Europeia?" - Portugal (03/1993 a 11/2015)
- Gráfico 28: "Tem tendência para confiar ou não confiar na Comissão Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Gráfico 29: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento Europeu?" - Portugal (03/1993 a 11/2015)
- Gráfico 30: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento Europeu?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)

- Gráfico 31: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Banco Central Europeu?" - Portugal (03/1999 a 11/2015)
- Gráfico 32: "Tem tendência para confiar ou não confiar no Banco Central Europeu?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)
- Tabela 1: Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro – Portugal
- Tabela 2: Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro - Portugal

INTRODUÇÃO

Consciente de que o conceito de representação política é uma das bases fundamentais da democracia, e considerando que este pilar sofre um período de crise e de perda de legitimidade, a presente investigação procura identificar e justificar a relação influente entre a falta de confiança nas instituições políticas e a crise da representação política.

O primeiro objetivo deste trabalho era justificar uma relação entre o possível encurtamento dos ciclos políticos e a crise da representação política. Contudo, a variável do encurtamento dos ciclos políticos não foi possível confirmar, inviabilizando as hipóteses colocadas e as conclusões esperadas desta investigação. Não foi confirmado um encurtamento gradual dos ciclos políticos, apesar de se verificarem muitos ciclos políticos incompletos. Com efeito, aquando da pesquisa bibliográfica, surgiram vários indicadores de instabilidade na confiança dos cidadãos relativamente às instituições políticas, órgãos fundamentais e indispensáveis para solidez do conceito de representação política.

Consequentemente, perante a questão “a falta de confiança nas instituições políticas conduz à crise da representação política?” surgiram três hipóteses condutoras desta investigação:

1. Em Portugal, assiste-se a uma crise da representação política, impulsionada pela desconfiança generalizada nas instituições políticas.
2. A recente crise económica provocou um decréscimo na confiança nas instituições políticas, conduzindo a uma crise da representação política.
3. Hipótese nula: A crise de representação política não é influenciada pela falta de confiança nas instituições políticas.

De forma a responder à questão supracitada, é analisado e apresentado o conceito de representação no campo político, sob diferentes teorizações desenvolvidas por uma panóplia de autores. O capítulo seguinte detém o seu foco no conceito de confiança/desconfiança nas instituições políticas e a consequência deste sentimento no funcionamento da democracia. Recorre-se, assim, à análise dos resultados de vários inquéritos realizados pela Comissão Europeia, através do Eurobarómetro, que avaliam os níveis de confiança dos portugueses nas instituições políticas nacionais e europeias, bem como níveis de satisfação e perceção de alguns dos principais temas emergentes. Os resultados de Portugal serão contextualizados com a média da União Europeia, Alemanha, Espanha e Reino Unido, por forma a perceber se existe uma tendência coerente e partilhada.

Relacionando as teorizações presentes no primeiro capítulo e as conclusões do segundo, esta tese termina com uma análise correlacional e de conclusão sobre a relação entre a desconfiança nas instituições políticas e a crise da representação política.

O tema da representação política dispõe de uma vasta bibliografia e investigação. A relevância do tema e respetivas conclusões propostas assenta na relação crítica entre as duas variáveis e no fator da atualidade por dispor de informação muito recente..

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Fundamentação teórica do conceito

- i. O que é representar?
- ii. De onde surge o conceito de representação política
- iii. O papel do representado e do representante
- iv. Principais teorizações

No latim clássico, o conceito de representação tem um uso quase inteiramente reservado a objetos. *Re + proesentare*, significa trazer de volta alguém ou alguma coisa. A representação política é uma instituição proveniente do direito privado e da teologia. Com efeito, o representante é sempre aquele que está presente em vez de um outro; é alguém que presentifica o representado. A pessoa representada é apenas presentificada ou apresentada.¹

De acordo com *A Enciclopédia*, o conceito representação consiste no «ato ou efeito de representar; exposição; exibição; aparência; ostentação inerente a um cargo; petição dirigida a entidades oficiais; conjunto dos representantes de uma coletividade; qualidade recomendável; dignidade; autoridade». Assim, o representante é designado pelo que representa; pessoa que representa; embaixador; ministro plenipotenciário; delegado»². Representar, porém, traduz-se em «ser a imagem ou a reprodução de; significar; mostrar; patentear; tornar (de novo) presente; exhibir em teatro; ser ministro ou embaixador de; substituir; fazer as vezes de; ser mandatário ou procurador de;

¹Centro de Estudos do Pensamento Político (1998-2003)
http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/indexfro1.php3?http://www.iscsp.ulisboa.pt/~cepp/conceitos_politicos/representacao.htm

² Guedes, F. (Ed.). (2004). *A Enciclopédia*. Espanha: Editorial Verbo, S.A. pp. 7278 – 7279.

figurar; aparentar; imobilizar; descrever; retratar; pintar; expor; fazer sentir; *vi* desempenhar funções de ator; desempenhar papel ou qualidades (de outrem); afetar; presumir: *representar de sábio*; dirigir; apresentar uma reclamação ou queixa; apresentar-se, expor ao espírito; imaginar-se»³.

Já o Dicionário da Língua Portuguesa denomina o substantivo feminino representação de um modo mais simples, comparativamente com o supracitado. Aqui, representação é o «ato ou efeito de representar; exposição», significado que nos remete diretamente para o verbo. Representar, por sua vez, lê-se como «tornar presente; patentear; revelar; reproduzir a imagem de, expor por escrito ou verbalmente; significar; simbolizar; ser procurador ou agente de; pôr em cena; fazer o papel de; dirigir uma petição, desempenhar funções de ator; apresentar-se; figurar-se; imaginar-se»⁴.

Pouco difere o papel e definição dos agentes envolvidos na ação, ou seja, o representante é o adjetivo que acompanha aquele «que representa; a pessoa incumbida de representar outra ou outras; ministro plenipotenciário; diplomata; deputado; modelo; exemplar; descendente; delegado»⁵.

Representar pode ser, assim, definido como o poder que um indivíduo tem para tomar decisões por outrem, com o imperativo de obtenção de autorização do segundo elemento que delega essa função no primeiro. Pode-se, ainda, falar de representação descritiva, no sentido de “*standing for*”, ou representação substantiva “*asking for*”⁶.

³ Guedes, F. (Ed.). (2004). *A Enciclopédia*. Espanha: Editorial Verbo, S.A. p. 7279.

⁴ Departamento de Dicionários da Porto Editora (Ed.). (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Dicionários Editora. Porto: Porto Editora. p. 1442.

⁵ *Id.*, *Ibid.* Departamento de Dicionários da Porto Editora (Ed.). (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Dicionários Editora. Porto: Porto Editora. p. 1442.

⁶ Brack, N., Costa, O., Teixeira, C. P. (2012). “Attitudes Towards the Focus and Style of Political Representation Among Belgian, French and Portuguese Parliamentarians”, *Representation*. 48(4), p. 388. <http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.720884>

Quem representa detém o poder de agir em nome de outrem. Poder, do latim *potere*, «significa literalmente a capacidade de deliberar e agir»⁷. De igual modo, o poder é um recurso antropológico presente em qualquer sociedade humana. Mas representar politicamente é sinónimo de mimetismo? «Em política dir-se-ia mesmo ser compulsiva a ideia de que é obrigatória a semelhança entre representante e representado»⁸. Como se posiciona, então, a representação no espectro político?

Segundo a definição presente n’*A Enciclopédia*, a representação política expressa-se pelo «ato de tornar presente o que está física ou juridicamente ausente. A representação ocorre habitualmente na vida democrática: instituições representativas são aquelas que permitem ao povo ter acesso ao poder político por meio dos seus delegados capazes de falar em seu nome e de exprimir a sua realidade existencial»⁹. Esta é uma realidade aceite nos sistemas democráticos, cuja organização depende de um poder executivo, judicial e legislativo, nos quais os representados depositam a sua realidade existencial e, em troca, depositam nesses poderes a esperança de uma representação fiel à defesa dos seus interesses. Espera-se, do representante, uma atitude de responsividade, ou seja, de potencial prontidão de resposta, algo que Hannah Pitkin retrata como a existência de um arranjo institucional para que os representados possam exigir uma resposta sempre que se sentirem lesados na condição da sua vontade¹⁰, entendido em fazer o que não está presente, pois a representação só é possível na ausência e através do processo de eleição, tal como indica o excerto abaixo.

Logo em 1765, D’Argenson estabelecia que existe uma democracia “falsa” e uma democracia “legítima”, distinção que à partida não parecia inovar nada

⁷ Barracho, C. (2008). *Poder, Autoridade e Liderança: uma perspectiva multi/interdisciplinar*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora. p. 17.

⁸ Aurélio, D. P. (2009). *Representação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 10.

⁹ Guedes, F. (Ed.). (2004). *A Enciclopédia*. Espanha: Editorial Verbo, S.A. pp. 7278 – 7279

¹⁰ Mendes, D. (2007). “Representação Política e Participação: Reflexões sobre o Deficit Democrático”, *Revista Katálysis*, 10(2), p. 149. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200002&lng=en&nrm=iso

relativamente às tipologias da filosofia política de Políbio, por exemplo, entre a sua diferenciação entre democracia “reta” e a “oclocracia”. Mas, na realidade, a base da distinção de D’Argenson era nova e revelar-se-ia extraordinariamente fecunda. Dizia D’Argenson que a verdadeira “democracia” é aquele regime no qual se age através de deputados que são autorizados pela eleição. Estava feita a identificação da “verdadeira democracia” com o governo representativo. A palavra democracia via-se finalmente munida de um recurso semântico que poderia libertá-la dos arcaísmos da democracia dos Antigos e, assim, atingir uma respeitabilidade inédita na história do pensamento político moderno, embora demorasse ainda algumas décadas a ser consumada.¹¹

Efetivamente, o conceito de representação dos cidadãos num governo é o ponto chave para muitos autores assumirem a democracia como verdadeira. Porém, na prática política do século XXI, a pureza destes conceitos sofre uma certa demarcação. «O que se vê, na prática, é a mistura (não consciente) dos modelos teóricos, sendo que a necessidade de expressar a importância da manutenção do vínculo com o eleitor está sempre presente»¹². Ou seja, no fundo, representação terá sempre um valor e compreensão diferentes, dependendo de quem representa e do próprio representado. Mas a sua importância é irrevogável para o funcionamento de um governo democrático.

Segundo Ian Bugde¹³ o que distingue a democracia dos restantes regimes políticos é a criação de uma correspondência necessária entre os atos de governação política e um igual grau de interesse relativamente a esses mesmos atos. Um regime democrático proporciona um mecanismo de garantia da correspondência acima referida. Trata-se das eleições democráticas, componente da democracia que assume um lugar central, uma vez que oferece à população a capacidade de se expressar e incluir os seus interesses na agenda política.

¹¹ Morgado, M. (2008). “Capítulo VI: O Governo Representativo, Segundo Publius”, *A Aristocracia e os seus Críticos*. Edições 70, Lda: Lisboa. pp. 366-367.

¹² Archanjo, D. R. (2011). “Representação Política: Um Diálogo entre a Prática e a Teoria”, *Revista Sociologia Política*, 19(38), p. 81. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100005&lng=pt&nrm=iso

¹³ Bugde, I. (2006). “Direct and Representative Democracy: Are they Necessarily Opposed?”, *Representation*. 42(1), 1-12. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890600583685>

Representação na política é ainda uma expressão do pluralismo. É através deste mecanismo representativo que se dá voz às diferenças e à expressão de conflitos, ainda que não de forma absoluta. Por outro lado, torna-se possível lidar com o conflito sem recorrer à violência e proteger os direitos das minorias que apenas assim são legalmente representadas. Por último, é no pluralismo que se encontra o obstáculo a uma obediência incondicional à vontade da maioria ou de um governo despótico. Abney *et al*¹⁴ definem como necessário a um governo representativo a diversidade ideológica na escolha de um sistema partidário de representação que reflita a diversidade política do eleitorado.

Michael Saward questiona: «O que significa uma pessoa ou grupo representar outro(s)?»¹⁵ Vários autores se têm questionado acerca da capacidade representativa dos partidos políticos e do governo e alegam que estes, os partidos políticos, cuja principal função passa por serem veículos de representação, têm vindo a perder apoiantes. Refere o autor que grande número de pessoas, ao não se sentirem devidamente representados pelos partidos políticos, buscam esse sentimento de representação e segurança na sociedade civil, grupos e movimentos de associação. Aquilo a que chamam “crise de representação”, o Professor de Política da Open University apelida de “renovação do conceito” e necessidade de reflexão do mesmo. É então necessário olhar a prática e a teoria da representação enquanto parte integrante de um único processo.

Surgem ao autor duas questões: primeiramente, o que é? E quem a pratica? Em resposta à primeira inquietação, o autor procura saber onde se encontra a representação política, tanto no fenómeno político, no artístico ou cultural. A representação é

¹⁴ Abney, R., Morrison, A., Stradiotto, G. (2007). “The Stability of Representation: A Cross-national Analysis of Party Policy Dispersion”, *Representation*. 43(3), p. 151.

<http://dx.doi.org/10.1080/00344890701464413>

¹⁵ Saward, M. (2008). “The Subject of Representation”, *Representation*. 44(2), pp. 93-97. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890802079433>

comumente olhada ao nível da generalidade do conceito em que algo defende e se apresenta em defesa de outro, tal como uma entidade como a Greenpeace defende e se apresenta em defesa de ideais ambientalistas e verdes, ou uma bandeira se apresenta por um país. Cada um destes exemplos explica a noção de representação política, de forma muito geral. Porém, refere, esta não pode ser uma relação fixa, tal como uma bandeira não representa um país. De facto, na realidade, é comumente aceite que uma bandeira represente um país. Defende o autor que esta não se pode basear numa relação fixa, intemporal ou inevitável em que um representa outro, pois haverá sempre um contexto a ter em consideração, uma história, um conjunto de fatores culturais que filtram e condicionam a noção de representação para que esta seja socialmente aceite, ou não.

Em resposta à segunda questão, Michael Saward aborda o sujeito da representação, ou seja, quem representa e pode na realidade representar, no fundo, quem é o agente de representação. No espectro político, pensa-se os representantes eleitos pelo parlamento ou conselhos locais, como agentes de representação. E são-no realmente. Porém, há outros órgãos sociais que manifestam uma importância significativa na representação tal como os grupos de interesse, líderes religiosos ou profissionais, atletas campeões, entre outros que até, por vezes, têm a sua constituição e estrutura do grupo similar à de um governo representativo. Acredita assim ao autor que a representação política não deve, nem pode estar confinada ao Estado. Com efeito, a função de *“speaking for”* não está necessariamente confinada ao facto eleitoral.

Para além do agente representante, o autor aborda o agente representado, pois em representação política estão em causa e defesa os “outros”. Quem são os “outros”? É então necessário compreender e conhecer os interesses que serão representados e saber interpretá-los, tendo em consideração que haverá sempre mais do que uma versão de interesses, resultado da inexistência de uma vontade geral. Os governantes eleitos têm

de saber identificar os interesses afirmados pela população, uma vez que haverá pelo menos um conjunto de interesses partilhados que são passíveis de interpretação e, em consequência, de representação. Refere o autor que hoje em dia, no campo político, estes interesses em representação estão a ser discutidos, contestados e até negociados. Pela importância que os cidadãos depositam na defesa dos seus interesses e direitos, qualquer ameaça aos mesmos pode conduzir ao descontentamento e descrédito em relação aos representantes. Ainda assim, a sociedade prefere ver os seus interesses discutidos mas, representados politicamente, do que sem representação alguma. É também a defesa e segurança dos interesses, por oposição à sua inexistência, que leva a população a sentir a necessidade de representação. Porém, isto não é o suficiente para legitimar que uma pessoa represente outrem. Mas o que faz com que um representante desempenhe a sua função e que se possa afirmar como tal? Vários autores podem afirmar que, para descritivamente representar a população, é necessário fazer parte dela, por um lado. Por outro, é fundamental que haja um sentido de orientação para que sejam conhecidos estes interesses e se atue motivado por eles.

Atendendo às necessidades e interesses dos representados, Pieter Vanhuysse distingue democracia como sendo essencialmente uma forma, e não uma alternativa, a não ser dirigido ou governado por um terceiro sem responsividade. Esta envolve uma relação direta entre os representados que delegam aos representantes uma extensão de poder, cuja consequência implica uma certa coerção nos representados. A questão para o autor é a seguinte: «Porque deverão os representantes agir e governar segundo os melhores interesses dos cidadãos?»¹⁶. O autor recua para a problemática das eleições, como uma das formas de desenvolver um sentimento de pertença a um possível futuro governo e, do mesmo modo, potenciar a confiança e representação política.

¹⁶ Vanhuysse, P. (2001). “Democracy, Accountability and Representation”, *Representation*. 38(1), pp. 90-91. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890108523164>

Primeiramente, as eleições poderão forçar o governo a ser responsivo e condescendente, fazendo-o seguir os interesses dos cidadãos na esperança que esta atitude se traduza em votos. Em concomitância, as eleições podem ser usadas como meio para castigar o governo pelos maus resultados, forçando-o assim a ser responsivo. Acresce ainda que no caso de este ser “castigado” pelos cidadãos através do voto, terá ainda menos incentivos para defender os interesses e representar em pleno direito e dever. Contudo, refere, a informação tem um peso muito importante nesta fórmula. Uma vez que o governo possui mais informação que os cidadãos, dificulta a que estes tenham conhecimento de tudo o que é realizado, de forma correta ou incorreta. Os cidadãos desconhecem, assim, se as decisões e atuações dos políticos decorrem segundo os seus melhores interesses. Conclui, com efeito, que um governo em sistema de representação pode até ser responsivo mas não representante se a atitude de resposta aos interesses dos cidadãos não surgir com o fim de os representar devidamente, assegurando e defendendo os seus direitos.

Hannah Pitkin¹⁷ também aborda o conceito de ação no interesse do representado com responsividade e para que o representante político responda pelos seus atos. Para Pitkin, o representante desempenha o papel de um agente/ator, que age precedido por um propósito prático. Distingue quatro tipos de representação: em primeiro lugar, a representação enquanto delegação, na qual o representante age como o representado, segundo as suas principais instruções e indicações, na medida em que partilham responsabilidades no ato de representação. O segundo tipo baseia-se numa relação de confiança, em que o representante delinea as suas atuações para o representado. Os últimos dois tipos denominam-se de descritivo e simbólico, respetivamente, no qual o representante se apresenta perante o representado nas suas ações.

¹⁷ Pitkin, H. (1964). *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.

Apesar de analiticamente diferentes, as quatro formas de representação apontadas por Hannah Pitkin estão, de certo modo, relacionadas. Refere a autora que a representação enquanto delegação ou confiança significa uma relação de continuidade, que tem como base um mandato específico e num contexto limitado, como se pode verificar num sistema de governo democrático. Numa democracia, a forma como as pessoas são representadas varia de acordo com o contexto governativo e capacidade de este responder perante os seus atos. Este processo pode, de certa maneira, quantificar o nível de representação política existente numa sociedade pois possibilita a avaliação das ações dos representantes segundo diferentes níveis de atuação pelos interesses dos representados. Podem igualmente considerar democrática, ou não, esta atuação e fazer o representante responder e tornar as suas ações “contabilizáveis” (*accountable*). A própria natureza da representação é um paradoxo em si mesma, pois esta procura tornar presente e efetivo algo que não está presente. No fundo, afirma Pitkin, este conceito é construído num ato deliberado que afasta o representante do representado, dando espaço a um vazio representativo que não é contabilizável nem passível de avaliação, uma vez que em causa está a informação que não chega inteiramente ao representado.

Enquanto Pitkin avalia o conceito de obrigação de resposta num todo, em *Impasses da Accountability: dilemas e alternativas da representação política*¹⁸, Luís Filipe Miguel procura fazer a distinção entre os dois conceitos acima descritos: *accountability* e responsividade. O autor considera a *accountability* como um elemento crucial das democracias eleitorais que, em teoria, garante o vínculo entre os representantes e os representados. Contudo, no seu argumento, mostra que esta capacidade de supervisão e de tornar *accountable* as ações dos representantes é reduzida, pelo que é comumente aceitável que numa democracia representativa se

¹⁸ Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, pp. 25-38. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

constate a impossibilidade para a existência de uma relação direta. Refere o autor que o conceito de democracia representativa comporta em si uma contradição, semelhante ao paradoxo enunciado por Pitkin, ou seja, a necessidade de representação de um povo que não está inteiramente presente, neste caso, nos momentos de decisão.

Para além da dificuldade de tornar *accountable* as ações políticas, são apontados três problemas essenciais do conceito de representação. Em primeiro lugar, «a separação entre governantes e governados, isto é, o facto de as decisões políticas serem tomadas por um pequeno grupo e não pela massa dos que serão submetidos a elas»¹⁹. Em segundo lugar, refere «a formação de uma elite política distanciada da massa da população, como consequência da especialização funcional»²⁰. Em terceiro e por último, «a rutura do vínculo entre a vontade dos representados e a vontade dos representantes»²¹. A *accountability* é a resposta das instituições democráticas aos problemas apresentados. Esta pode ser definida em dois subconceitos, ou seja, o controlo mútuo entre os poderes, uns com os outros (*accountability* horizontal), e a necessidade e/ou capacidade de prestar contas, submetendo-se ao julgamento dos representados (*accountability* vertical). É através do ato eleitoral que melhor se verifica a *accountability* vertical. As eleições, recorda o autor, são um dos componentes centrais das democracias representativas. Porém, como supracitado, considera reduzidas as esperanças depositadas na *accountability*, em especial a de organização vertical, tendo em conta que, na realidade, a capacidade de supervisão dos constituintes sobre os representantes é reduzida.

¹⁹ Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, p. 26. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

²⁰ *Id.*, *Ibid.* Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, p. 26. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

²¹ *Id.*, *Ibid.* Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, p. 27. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

Assim, o autor procura diferenciar o conceito de *accountability* e responsividade. Primeiramente, *accountability* é um conceito sem tradução linear e literária para a língua portuguesa, razão pela qual se mantém a sua versão inglesa compreendida universalmente. Através deste conceito, os constituintes têm a capacidade de impor sanções aos governantes, «notadamente reconduzindo ao cargo aqueles que se desincubem bem da sua missão e destituindo os que possuem desempenho insatisfatório»²². Neste aspeto, os detentores de mandato tornam-se obrigados a prestar contas e a aceitar o julgamento. Acrescenta ainda o autor que o funcionamento da *accountability* está fortemente dependente da capacidade de gestão da informação, conceito igualmente abordado por Pieter Vanhuysse. Ou seja, «o mandatário possui poder de decisão sobre os temas mais diversos e, tipicamente, ao longo do seu tempo, participará em centenas de diferentes processos deliberativos.»²³ Quanto maior for a quantidade de informação, mais complicado se torna para os eleitores gerirem essa informação e os custos podem ser negativos, na medida em que os eleitores podem dedicar às questões públicas apenas uma pequena parcela do seu tempo.

Responsividade, por outro lado, diz respeito à disposição dos representantes para respeitarem e aceitarem as preferências dos constituintes, atitude que está dependente da possibilidade dos constituintes premiarem ou punirem o comportamento dos tomadores de decisão. Com efeito, o conceito de responsividade passa pelo incremento de instituições capazes de estabelecer um sistema de controlo social. Este está evidenciado através da divisão de poderes, denominado de “controlo horizontal” e nas eleições regulares e periódicas (controlo vertical).

²² Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, p. 27. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

²³ *Id.*, *Ibid.* Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, p. 29. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

Segundo o autor, há dois modelos de mandatos a considerar. Em primeiro lugar, o mandato imperativo que se apresenta como uma visão mais simples e ingênua da representação política, que tende a considerar o representante como delegado dos contribuintes. Neste modelo, a função do representante é simplesmente a tarefa de expressar, nos momentos de decisão, a vontade dos cidadãos. O outro modelo de representação apresentado é o mandato livre, o modelo por excelência das democracias representativas. O mandato livre ou mandato representativo foi um conceito amplamente abordado por Burke em “Discurso aos eleitores de Bristol”²⁴. Para o pensador inglês, neste tipo de mandato, o representante deveria conhecer as necessidades dos seus cidadãos mas, sem as negligenciar, procuraria a sua gestão junto dos restantes representantes, de modo a construir uma política geral, como demonstra no excerto que se segue.

Expor uma opinião é o direito de todos os homens; a dos representados é uma opinião significativa e respeitável, que um representante deveria sempre se regozijar de ouvir e a qual ele deveria sempre considerar muito seriamente. Mas instruções impositivas, assuntos mandados, aos quais o membro está destinado cega e implicitamente a obedecer, a votar e a discutir em seu favor – essas são coisas completamente desconhecidas pelas leis desta terra e que surgem de um erro fundamental sobre a ordem e o espírito completos da nossa Constituição.²⁵

Tal como a representação política é um conceito avaliado por diferentes autores, também a *accountability* é sujeita a interpretações diversas e semelhantes. Maraval propõe uma visão diferente acerca do conceito de *accountability* na teoria da representação política. Afirma o autor que um governo é *accountable* quando os seus cidadãos o tornam responsável pelas suas ações e decisões políticas, consequentemente

²⁴ Burke, E., (2012). “Discurso aos eleitores de Bristol”. *Revista Sociologia Política*, 20(44), pp. 97-101. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a08.pdf>

²⁵ *Id.*, *Ibid.* . Burke, E., (2012). Discurso aos eleitores de Bristol”. *Revista Sociologia Política*, 20(44), p. 101. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a08.pdf>

castigando ou remunerando através do voto no momento das eleições. Assegura que a noção de *accountability* é um julgamento do passado e não um olhar de reflexão para o futuro. Assim, as eleições sob a perspectiva da capacidade de *accountability* dos governos são sinónimo de ignorar o futuro através do voto retrospectivo. Porém, adianta Maraval, os constituintes necessitam de informação considerável para que possam atribuir responsabilidades, mesmo que seja na ótica do voto retrospectivo²⁶.

Jan Erik-Lane propõe uma outra análise à utilidade do conceito de representação política. Refere o professor alemão que a representação política pode ser interpretada através da consideração e avaliação dos custos e consequências associadas à prática do governo. A noção de representação baseia-se na relação entre duas entidades diferentes, em que uma se apresenta pela outra. Esta relação tende a ser assimétrica, ou seja, x representa y, mas o contrário também se verifica. No campo político, este conceito ultrapassa a noção básica de representação. Ou seja, na perspectiva do autor, para além de x representar y, estão vinculados um ao outro e partilham concepções políticas semelhantes. Com efeito, o representante deve igualmente representar e defender os valores e crenças do representado.

Acrescenta ainda que na representação política, a interação básica entre x e y, leia-se representante e representado, é institucionalizada devido a um conjunto de regras que implicam o cumprimento e execução de compromissos. Uma democracia pressupõe a existência de eleições. Ademais, representação democrática implica que o processo eleitoral seja desenvolvido com base no voto livre e justo e segundo o princípio de “um homem/mulher, um voto”. Mas esta não é uma relação estática. Pelo contrário, a representação política tem uma concepção dinâmica na qual os representados possuem a

²⁶ Maraval, J. (2007). “Accountability and the Survival of Governments”, *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Edit. Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford: Oxford University Press. pp. 910-936.

liberdade de avaliar o seu representante no cumprimento dos compromissos e regras, e pode decidir alterar o agente de representação sem hesitar. No fundo, conclui o autor que o valor da representação política deriva da diminuição da lacuna existente entre a população e os líderes governamentais, lacuna esta evidenciada por Pitkin. A representação proporciona a possibilidade de tornar as ações dos representantes contabilizáveis e sugere mecanismos de *checks and balances*, com especial destaque para a capacidade de substituir um representante por outro, no caso de este não corresponder às expectativas dos representados.

David Easton²⁷ acrescenta na sua análise política novas indicações e princípios básicos para um regime em que há representação política. Em primeiro lugar surgem as regularidades, na medida em que o autor acredita que devem existir uniformidades perceptíveis no comportamento político. Estas podem ser expressas através de generalizações ou teorias com valor explanatório e de previsibilidade. Segue-se a verificação, na medida em que os representantes sentem a necessidade de validar estas generalizações. Depois, as técnicas, uma vez que não podem ser dispensados instrumentos para obter e interpretar dados, já que a informação útil é crucial para os constituintes.

Em quarto lugar, David Easton aponta a quantificação, ou seja, a precisão na recolha de dados e no relacionamento das averiguações exige mensuração e quantificação, não pelo valor em si, mas apenas onde for possível, relevante e significativo em relação a outros objetivos. Seguem-se os valores, pois a avaliação ética dos representados e a exploração empírica envolvem dois tipos diferentes de proposições que devem ser mantidos analiticamente separados, para não prejudicar a

²⁷ Easton, D. (1968). Uma Teoria da Análise Política. Trad. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores. pp. 26-27.

clareza. No entanto, o estudioso de ciência política não está proibido de estabelecer quaisquer dos dois tipos de proposições, separadamente ou combinados, contanto que não se confunda um com o outro, adianta o autor. Também a sistematização, surge devido à pesquisa que, por sua vez, deve ser sistemática, ou seja, a teoria e a pesquisa devem ser vistas como partes estreitamente interligadas de um corpo de conhecimentos coerente e coordenado.

Em *Da Representação Política*, João Galvão de Sousa distingue as três noções que considera fundamentais à teoria do Estado, sendo elas a sociedade, o poder e a representação. O teórico aborda a sociedade como o meio em que se forma o Estado; já o poder é o elemento coordenador da sociedade. Mas, refere, a representação é o «liame entre a sociedade e o poder, sintonizando a ação dos governantes e as aspirações dos governados, levando ao conhecimento das esferas dirigentes os interesses dos diferentes grupos constitutivos da sociedade política e as reivindicações dos seus membros»²⁸. Ora, para o autor, é a evolução dos regimes democráticos que, naturalmente e a ritmos diferentes, promove o desenvolvimento da sociedade. A toda a sociedade é inerente a ideia representativa que se corporifica em diversas manifestações, até que se torna um elemento constituinte e imprescindível para a defesa dos interesses particulares e garantia das liberdades públicas.

A ideia clássica da representação política traduz-se na equação representativa de um elemento por outro. O representante pode incluir nesta representação as características sociais do representado, tais como a raça, religião ou nível socioeconómico, por um lado. Porém, aponta Jan-Erik Lane²⁹, a representação é uma realidade dinâmica, pois os representantes têm a possibilidade de emitir juízos quanto

²⁸ Sousa, J. P. G. (1971), *Da Representação Política*. São Paulo: Edição Saraiva. p. 21.

²⁹ Lane, J. (2009). "Political Representation from the Principal-Agent Perspective", *Representation*. 45(4), p. 370. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890903235421>

ao desempenho dos representados, não tendo, idealmente, obstáculos à alternância de relação com diferentes agentes representantes.

Os cidadãos dos regimes constitucionais-pluralistas devem assumir três qualidades, na ótica de Raymon Aron. Primeiramente, devem respeitar as leis e, em particular, a regra constitucional, tendo em conta que esta é, concomitantemente, a carta dos seus conflitos e da sua unidade. Em segundo lugar, é enunciada a necessidade de formular reivindicações, ter opiniões próprias, «quase que direi que devem experimentar paixões partidárias para animar o regime e impedir o sono da uniformidade»³⁰. Por último, Raymon Aron considera fundamental que os cidadãos não se entreguem às paixões partidárias, pois acredita que «quando os homens têm muito espírito partidário, têm tendência para perder o sentido de compromisso»³¹.

Todavia, como é atribuído o direito de representação política e no que difere o papel de cada agente? Primeiramente, o representante sobrepõe-se à realidade empírica dos cidadãos e deles obtém o reconhecimento para apropriação das suas vontades e direitos. O representado, por sua vez, e por forma a garantir a defesa dessas mesmas vontades e direitos, abdica de parte da sua capacidade de escolha e confere-a ao representante, esperando deste último uma apropriação fiel dos seus interesses.

Entre os dois agentes da representação pode haver, por vezes, espaço para tensão ou conflito de interesses. «A quem obedecer?» é uma questão colocada por Diogo Pires Aurélio que responde afirmando que «os problemas que a representação suscita residem precisamente na dificuldade de a inserir no quadro geral da racionalidade em que pensamos o político e que assenta no pressuposto da autonomia individual, ou seja, no

³⁰ Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença. p. 181.

³¹ *Id.*, *Ibid.* Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença. p. 181.

direito inalienável do indivíduo a ser legislador de si próprio»³². Ou seja, a representação não é um simples apêndice da democracia, mas sim um conceito inscrito no próprio cerne da política enquanto tal. O problema reside, assim, na representação efetiva. Trata-se do facto de que todo o problema nasce precisamente da representação. Se por um lado opera essa espécie de antropomorfização da unidade do agregado, transformando-a em sujeito singular que possui vontade e direitos, por outro lado institui uma nova entidade – o corpo de representantes – que se sobrepõe à realidade empírica de cada um dos indivíduos, que se apropria da vontade e dos direitos do que em rigor só o agregado é titular, criando por excelência o dito espaço para tensão entre quem representa e quem é representado.

³² Aurélio, D. P. (2009). *Representação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. p. 12.

Relação entre a representação e o poder

- i. Limites e deveres do poder
- ii. Limites e deveres da representação política

Por forma a evitar a discórdia entre os homens, e para promover a contínua segurança da sociedade, sem o recurso à violência, como o demonstra o seguinte excerto dos *The Federalist Papers*, a mudança a realizar está na lei e não nas pessoas. A liberdade dos indivíduos representados pelo Estado apenas pode ser mantida em paz quando não há conflito entre os homens. E, no caso de conflito, que a justiça possa ser feita através de órgãos imparciais e independentes, baseada na *rule of law* e no funcionamento dos *checks and balances*.

Se os homens fossem anjos nenhuma espécie de governo seria necessária. Se fossem os anjos a governarem os homens, não seriam necessários controlos externos nem internos sobre o governo. Ao construir um governo em que a administração será feita por homens sobre outros homens, a maior dificuldade reside nisto: primeiro é preciso habilitar o governo a controlar os governados; e, seguidamente, obrigar o governo a controlar-se a si próprio. A dependência do povo é, sem dúvida, o controlo primário sobre o governo; mas a experiência ensinou à humanidade a necessidade de precauções auxiliares.³³

Transportando esta matéria para a atualidade política, Larry Diamond inclui o tema da representação num ensaio intitulado “Three Paradoxes of Democracy”³⁴. Através de um estudo comparativo de 26 experiências democráticas, o autor conclui que a democracia é constituída por três contradições. Em primeiro lugar a tensão entre o

³³ *The Federalist* (nº 51), p. 349 (ed. Cooke); trad. port., p. 326

³⁴ Diamond, L., (1990), “Three Paradoxes of Democracy”, *Journal of Democracy*. 1(3). Johns Hopkins University Press. pp. 48-60.

<http://pdfs.riothero.com/venezuela/Three%20Paradoxes%20of%20Democracy.pdf>

conflito e o consenso, algo que está na natureza da democracia, uma vez que sem competição e conflito, a democracia não existe. Todavia, as sociedades que sancionam os conflitos políticos deverão assumir o risco de colocarem em causa a estabilidade social e política, pela tensão gerada, daí o paradoxo: a democracia requer conflito, mas não em demasia; deve por isso existir competição, ainda que confinada a certos limites. Em segundo lugar, enuncia o paradoxo do consentimento dos representantes e a eficácia. Neste aspeto a democracia depende da legitimidade popular, alcançada através do consentimento das pessoas, legitimidade essa que requer um compromisso moral e emocional profundo, que se desenvolve com o tempo e faz parte de um desempenho eficaz por parte dos representados. Portanto, a democracia não será valorizada pelos representados, enquanto as áreas económica e social não funcionarem com eficácia e justiça. Se a democracia, neste sentido, não funcionar, as pessoas vão preferir não ser representadas. Por último, descreve, o terceiro paradoxo diz respeito à tensão entre a representação e a governabilidade. Este é um ponto do pensamento de Larry Diamond que, para além de contradizer a democracia no seu viver, demonstra os limites do poder. Alude o autor que o conceito de representação requer que os partidos de uma Assembleia representativa tenham a capacidade de representar os seus interessados e de resolverem os conflitos de interesses. Por outro lado, a governabilidade diz respeito à autonomia dos partidos e à sua capacidade para se colocarem acima dos conflitos de interesses. No fundo, como separar a defesa de interesses? E onde se encontra a linha de separação entre a sobrevivência no poder e a representação dos cidadãos?

Para João Galvão de Sousa, a linha de separação é evidente tendo em conta que “toda a sociedade politicamente organizada é representada pelo poder”³⁵ pois é este o órgão capaz de transmitir aos constituintes um sentimento de paz, unidade e segurança.

³⁵ Sousa, J. P. G. (1971), *Da Representação Política*. São Paulo: Edição Saraiva. p. 17.

Para o autor, poder é significativo de força ou eficácia diretiva, porquanto autoridade é sinónimo de direito ou superioridade moral. A estes dois, correspondem a legalidade – estabelecida pelo poder, que promulga as normas jurídicas e exige a sua observância –, e a legitimidade – na ordem legal diz respeito aos princípios superiores de justiça e construção histórica de uma sociedade. «A representação é inerente ao poder e decorre em articulação com a sociedade»³⁶, estando assim confinada aos limites dos conceitos supracitados.

Com efeito, o limite do poder e conflito com a representação política prende-se na confusão gerada entre a autoridade e a representação. Ou seja, a sociedade é representada pelo poder, sendo este um princípio de unidade social e cabendo-lhe representar a sociedade na sua unidade historicamente estabelecida. A sociedade é ainda representada, por indivíduos escolhidos a fim de transmitir a este as aspirações do corpo social, ou seja, os interesses e necessidades dos constituintes, modelo por excelência de uma democracia indireta em que os cidadãos transferem o exercício da autoridade aos representantes eleitos que, por sua vez, decidem em seu nome, de cuja vontade são os intérpretes.

O problema surge, conseqüentemente, manifestado «pelo enfraquecimento do executivo e pelo caos parlamentar, leva o executivo a um esforço para recuperar e, daí, resulta que a autoridade repele a representação»³⁷. Com efeito, segundo o autor, este conflito surge também da falta de compreensão acerca das devidas funções inerentes ao conceito de autoridade e de representação.

Raymon Aron enuncia outro nível de limite à representação, que se encontra ao nível de um problema da saúde política: a imperfeição dos regimes e possibilidade de

³⁶ *Id.*, *Ibid.* . Sousa, J. P. G. (1971), *Da Representação Política*. São Paulo: Edição Saraiva. p. 19.

³⁷ *Id.*, *Ibid.* . Sousa, J. P. G. (1971), *Da Representação Política*. São Paulo: Edição Saraiva. p. 82.

serem corrompidos. Acredita o autor «que estes regimes nunca realizam plenamente a sua essência, que nunca resolvem de maneira perfeita os problemas que lhes são colocados». Na sua perspetiva, os regimes tanto podem ser sãos, como imperfeitos. No segundo caso, a tónica é colocada na corrupção, por um lado, das instituições políticas – quando o sistema de partidos já não corresponde aos diferentes grupos de interesse –, ou a corrupção do espírito público e do princípio – equivalente ao fim da consciência do bem comum ou do espírito de compromisso³⁸. Questiona-se, por conseguinte, se a corrupção é um fado inevitável de todos os governos, apresentando, de seguida duas hipóteses explicativas e de resposta. Para o autor, é a durabilidade de um regime que o destrói, pois perde o sentido original de um regime constitucional pluralista. A infraestrutura económica é o tema central da segunda hipótese, afirmando que as transformações das estruturas económica e social são tais que o regime ou fica completamente paralisado ou, então, tem cada vez mais dificuldade de funcionar.

Com efeito, o próprio conceito de representação política apresenta limites à sua atuação. De acordo com o supracitado, estas fronteiras podem ser endógenas ao conceito de representação política. Assim, a presente tese defende que as fronteiras da representação impostas pela ação humana, concomitantemente exteriores ao conceito, conduzem a uma crise da representação política, motivada pelo fenómeno ao qual Phillippe Hansen denomina de *false politics*³⁹, no entendimento de Hannah Arendt. *False politics* pode ser entendido como ações políticas, em que o conceito de representação está em falta. São exemplos de *false politics* a falta de liberdade dos cidadãos, a escassez de espaço público, o excesso burocrático do governo, a violência e ideologia, a

³⁸ Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 171-172.

³⁹ Hansen, P. (1993). *Hanna Arendt: Politics, History and Citizenship*. Reino Unido: Polity Press. pp. 89-90.

crise na cultura de uma população ou, inclusivamente, a crise política ou crise da representação política.

As situações isoladas que encaminham para uma crise política ou de representação política são variadas, com diferentes origens e resultados distintos. Entre estas destacam-se, primeiramente, a discordância relativamente à representação efetiva. Aqui o dilema surge precisamente do facto de a representação operar no sentido da antropomorfização, da unidade do agregado, transformando-a em sujeito singular que possui vontades e direitos mas que, por outro lado, constitui uma nova entidade, leia-se, o corpo de representantes, que se sobrepõe à realidade empírica de cada um dos indivíduos. Outro risco inerente à crise da representação política diz respeito à ação partidária. Expõe Diogo Pires Aurélio que os partidos são criados e institucionalizados para preencher o fosso que o parlamentarismo liberal mantinha entre o poder e os cidadãos constituintes, por forma a “aprofundar a democracia”. Todavia, segundo o autor, a ação partidária pode contribuir para alargar ainda mais este fosso. Acresce a mentira por parte dos agentes e representantes políticos, o incumprimento qualificado de promessas públicas, no fundo, situações potenciadoras da desconfiança nos agentes e instituições políticas. Se a representação política assenta grandemente numa relação de confiança entre os agentes envolvidos – representados e representantes políticos -, ficará grave e seriamente ameaçada caso se depare com um cenário de descrédito e desconfiança. Acrescenta Diogo Pires Aurélio que a única moral presente no espetro político, se assim se poderá classificar, existe por criação e molde próprios do homem que previamente concordaram em aceitar a sua conformação⁴⁰.

O descrédito e falta de confiança na palavra dos agentes políticos influenciam gravemente esta relação de confiança e solidez na representação política. De acordo

⁴⁰ Aurélio, D. P. (2009). *Representação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. pp. 10-51.

com a perspectiva de José Álvaro Moisés⁴¹, a confiança política é multidimensional e afeta cinco níveis do apoio político. São eles: o apoio da comunidade política, o respeito pelos princípios democráticos do regime, o desempenho específico do regime, o apoio das instituições democráticas e dos atores políticos. Colocar qualquer um destes apoios em risco poderá conduzir a uma situação de crise da representação política. Por fim, considera Conceição Pequito Teixeira *et al.* que o atual contexto político concentra em si uma crítica crescente ao partido que lidera o governo, na medida em que este fará e dirá o que for necessário em tempo de campanha, na esperança de vir a ser eleito pelos cidadãos para formar governo⁴². Acontece, porém, que fruto das situações acima descritas no âmbito do risco inerente à representação política, o governo em questão se torna insustentável e incompatível com as necessidades governativas, conduzindo à situação da sua própria falência.

⁴¹ Moisés, J. A. (2006), “Citizen’s Distrust in Democratic Institutions”, *International Review of Sociology*, 16(3), pp. 593-616. <http://dx.doi.org/10.1080/03906700600931418>

⁴² Teixeira, C. P., Freire, A. e Belchior, A. M. (2012). “Parliamentary Representation in Portugal: Deputies’ Focus and Style of Representation”, *Portuguese Journal of Social Science*, 11(2), pp. 99-117. http://www.intellectbooks.co.uk/journals/view-Article_id=14874/

CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Contexto

i. (des)Confiança e (ins)Estabilidade política

O funcionamento do sistema político e do conceito de representação comporta um conjunto de instituições políticas que vão muito para além do próprio governo. Entre estes encontram-se o governo nacional, o parlamento, o sistema judicial, a Presidência da República, os partidos políticos, a União Europeia e suas instituições que a integram, tais como o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu. Cada instituição desempenha um papel específico no funcionamento de um regime político, com diferentes objetivos. Note-se, por exemplo, as tomadas de decisões políticas em diversos setores governativos, por parte do governo; a representação das diferentes ideologias e preferências políticas, pelos partidos, em parlamento; o parlamento; e, entre outros, os próprios sindicatos e grupos de interesse que defendem os interesses dos seus membros. É a cedência da representação, enunciada no primeiro capítulo, que abre espaço para a expectativa que os representados têm na ação de cada uma destas instituições que têm o poder/dever de agir em seu nome e em defesa dos seus interesses. Trata-se do conceito de *capital social*⁴³, que descreve as normas sociais e expectativas provenientes das redes, associações e hábitos partilhados que promovem a ação coletiva dos indivíduos. Consequentemente, é a ação destas mesmas instituições políticas que gera os diferentes níveis de confiança. Desempenhando um papel indireto de avaliador do desempenho das instituições, «a confiança é assim vista como um

⁴³ Warren, E. W. (1999). *Democracy and Trust*. Cambridge: University Press. p. 9.

termómetro da vitalidade do sistema democrático que, quando aponta para valores negativos, significa a prevalência de problemas e dificuldades no funcionamento do mesmo, podendo em última análise pôr em causa a estabilidade do próprio sistema»⁴⁴.

Desde cedo foi reconhecida a importância da confiança dos cidadãos e, na Ciência Política, os indicadores de confiança nestas instituições são fundamentais para avaliar o funcionamento do sistema político e compreender o comportamento dos indivíduos para com os aspetos da vida política.

Para os vários autores que se focaram nesta relação de confiança entre cidadãos e instituições, mantém-se presente o conceito de cultura cívica. Alexis de Tocqueville já havia alertado para a sua importância em *A Democracia na América*⁴⁵, apercebendo-se do papel ativo que os cidadãos americanos tinham na vida política. A sua predisposição para a participação pública na vida política e existência de um forte envolvimento associativo eram características indispensáveis para o sucesso da democracia na América.

Até aos dias de hoje, vários foram os autores que comprovaram e deram seguimento à teoria de Tocqueville. Em 1963, *The Civic Culture*⁴⁶ de Almond e Verba enfatizou o valor da cultura cívica nas sociedades industrializadas do pós guerra.

Focado em especial na conduta dos cidadãos, este novo tipo de cultura política preconiza o equilíbrio entre as crescentes competências de participação política dos cidadãos (face à expansão da educação e à massificação da informação a que se assistiu neste período), e o concomitante sentido de responsabilidade que os deveria impedir de intervir continuamente, com vista à desejável estabilidade democrática. Os autores

⁴⁴ Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Manuel Maria dos Santos, p. 28.

⁴⁵ Tocqueville, A. (2008). *Da Democracia na América*. Lisboa: Relógio d'Água.

⁴⁶ Almond, G., Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.

consideram, aliás, que esta é a forma de cultura política mais adequada a um sistema democrático.

Na cultura cívica não se espera que os indivíduos sejam necessariamente ativos; o seu padrão de atividade é suposto ser moderado ou misto, combinando envolvimento e atividade com passividade e permissividade. Na definição desta cultura, os sentimentos políticos dos cidadãos (por exemplo, de simpatia ou de identidade em relação a um governo ou a um partido político) ocupariam um lugar privilegiado (a par do conhecimento destes sobre política). Não é, por isso, de estranhar que a confiança (nos outros e na política) seja um elemento importante deste novo tipo de cultura política.⁴⁷

É esta predisposição para o associativismo e interesse na coisa pública que conduz ao desenvolvimento de competências nos indivíduos, indispensáveis para a eficácia governativa, afirma-o Putnam, no final do século XX. Em *Making Democracy Work – Civic Traditions in Modern Italy*, Robert Putnam questiona-se quais são as condições necessárias para a criação de instituições fortes, responsivas, eficazes e representativas⁴⁸. O autor assenta a sua resposta na teoria de que o desempenho das instituições se rege no seguinte modelo governativo: necessidades sociais → interação política → decisão política → implementação⁴⁹. Numa análise comparativa de 20 governos regionais italianos, Putnam observa um desequilíbrio no desempenho dos governos do norte de Itália, em comparação com os do sul, e aponta como variável o envolvimento e participação cívica dos cidadãos. Assim, a cultura cívica seria o elemento chave para um desempenho positivo das instituições políticas, desenvolvendo as competências supracitadas, de cooperação e confiança mútua, bem como de

⁴⁷ Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Manuel Maria dos Santos. p. 20.

⁴⁸ Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press. p. 6.

⁴⁹ *Id.*, *Ibid* Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press. p. 9.

solidariedade entre os indivíduos, estimulando-os a agir coletivamente pela defesa dos seus interesses políticos.

Todavia, este é um paradigma que se vai alterando, chegando Almond e Verba a anunciar, anos mais tarde numa revisão da primeira obra, um retrocesso da cultura cívica⁵⁰, bem como Putnam, fruto de uma crescente falta de confiança nas instituições, aliada a uma cultura cada vez mais isolacionista dos cidadãos⁵¹. De facto, esta presente realidade de uma cultura individual integra o processo de modernização e industrialização das democracias. Segundo Robert Inglehart⁵², na geração do pós II Guerra Mundial surgiu numa era de prosperidade, em que não experienciaram um ambiente de conflito armado mundial, nem mesmo os efeitos da profunda crise económica dos anos 30, fatores determinantes para o desenvolvimento do futuro da vida política nessas mesmas democracias. Como referido anteriormente em Almond e Verba, este período proporcionou o surgimento de uma cultura cívica e necessidade de envolvimento dos cidadãos, abrindo espaço para a defesa dos seus interesses através de movimentos sociais e políticos, grupos, estruturas e associações organizadas.

A esta tendência segue-se a mobilização cognitiva⁵³. Trata-se da segunda fase do processo de modernização, numa geração que é caracterizada por níveis crescentes (sem precedentes) de educação, combinada com um aumento considerável de informação e facilidade no acesso a esta, diferenciando esta geração de todas as que lhe precederam.

⁵⁰ Almond, G., Verba, S. (1980). *The Civic culture revisited: an analytic study*. California: Little, Brown.

⁵¹ Putnam, R. (2001). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.

⁵² Cit. Fournier, P. (1998). "Review of Ronald Inglehart 'Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies'" *Canadian Journal of Political Science*, 31, pp 391-392. doi:10.1017/S0008423900019934.

<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=6296900&fileId=S0008423900019934>

⁵³ European Social Survey, "People's underlying value orientations", *ESS Core Questionnaire Development - Political Issues*, pp. 176-232.

http://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/core_ess_questionnaire/ESS_core_questionnaire_political_issues.pdf

O nível elevado de educação é acompanhado por um nível também crescente e competência e eficácia política e, de acordo com os autores de “People’s underlying value orientations”, quanto maior for a competência política – e compreendida junto dos cidadãos – haverá uma maior tendência para que os cidadãos procurem e defendam os seus interesses políticos, quer individualmente, quer em grupo. Foram assim criadas as condições para formas de participação política mais diretas, tendo como consequência uma diminuição das formas tradicionais de participação política e diferenciação no tipo de apoio e confiança que os cidadãos depositam nas instituições políticas.

Easton define dois tipos de apoio político, difuso e específico⁵⁴. O primeiro baseia-se em variáveis de longo termo: nas normas e valores, ou seja, a legitimidade do regime e das autoridades, por um lado. Por outro na utilidade geral do seu apoio, leia-se, a confiança também no regime e nas instituições. O apoio específico procura uma utilidade imediata, na satisfação decorrente das medidas que influenciam o seu dia a dia. Os objectos de apoio, seja a legitimidade ou confiança no regime e instituições ou a satisfação nas medidas políticas, assentam numa hierarquia dependendo de quão importante são para a sobrevivência a democracia. Os elementos que se encontram no topo da hierarquia são os elementos vitais para a democracia, pelo que quando se verifica uma falha profunda na confiança ou apoio dos cidadãos, maior é o risco de sobrevivência do regime e instituições. Com efeito, também se a base do apoio democrático, leia-se a satisfação política no dia-a-dia, for instável, serão influenciados os objectos de apoio que se encontram no topo da hierarquia⁵⁵.

⁵⁴ Easton, D. (1975). “A re-assessment of the concept of political support.” *British Journal of Political Science*, 5(4): 435–457. <http://dx.doi.org/10.1017/S0007123400008309>

⁵⁵ European Social Survey, “People’s underlying value orientations”, *ESS Core Questionnaire Development - Political Issues*, p. 182. http://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/core_ess_questionnaire/ESS_core_questionnaire_political_issues.pdf

As razões para uma tendência decrescente na confiança política são variadas e, antes da apresentação dos factos, deve-se esclarecer que o descontentamento político não assenta necessariamente no mau desempenho governativo. Ou seja, procurar unicamente satisfazer interesses populistas para adquirir popularidade, descurando a democracia não deve ser o meio para atingir a confiança do eleitorado, pelo que, de um modo geral, afirma Ana Maria Belchior: «há que reconhecer que o recente aumento da desconfiança política em muitos países ocidentais não é mera consequência da necessidade de os governos atuarem para o bem comum, e por isso de forma independente da opinião pública»⁵⁶.

Com efeito, há inúmeras razões de instabilidade do conceito de confiança política. Note-se, por exemplo, Raymond Aron que destaca como causa de instabilidade política a ineficácia dos regimes, e que a instabilidade conduz à incerteza: «regimes instáveis e agitados, que por vezes não se sabe quem nele exerce o poder e por quanto tempo»⁵⁷. Na sua teoria, o autor destaca dois tipos de regimes: os regimes sãos e os regimes imperfeitos. Destaca, portanto, que os regimes imperfeitos se devem a dois modelos de corrupção: por um lado, a corrupção das instituições políticas, situação que se verifica quando o sistema de partidos já não corresponde aos diferentes grupos de interesse. Por outro, a corrupção do espírito público ou corrupção do princípio, que o autor classifica como o fim da consciência do bem comum ou do espírito de compromisso⁵⁸. Por último, aponta como dois fatores adicionais de instabilidade a inevitabilidade de excesso de espírito partidário e, no sentido oposto, o excesso de espírito de compromisso. Ou seja, «quando os homens têm muito espírito partidário, têm tendência para perder o sentido de compromisso; outras vezes, as suas paixões são tão fortes, que

⁵⁶ Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Manuel Maria dos Santos. p. 30.

⁵⁷ Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença. p. 153

⁵⁸ Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença. pp. 171-172.

perdem o respeito pelas leis ou pela constituição»⁵⁹. No fundo, explica, os regimes estarão sempre ameaçados quer seja pelo excesso de espírito partidário, ou pelo excesso de espírito de compromisso. É o conflito, por excelência, presente na política.

Para William Nordhaus⁶⁰, os políticos são motivados pelo desejo de se manterem em funções. O eleitor desenvolve uma relação sequencial do desempenho dos sistemas económicos, resultando daqui o motor para os ciclos políticos. Com efeito, afirma o autor que o resultado da sua observação da realidade e da vida política leva-o a concluir que os constituintes têm, como fim a economia, enquanto os políticos têm como fim o poder. Segundo Nordhaus, são estas as motivações dos ciclos políticos:

Na verdade, a opinião geral e convencional sobre o comportamento destes é a de que cultivam uma excessiva preocupação centrada sobre a sua pessoa, maximizando os seus ganhos individuais. Ora, uma vez que esses ganhos estão intimamente associados à sua manutenção no poder, podemos concluir que o que está, acima de tudo, em causa é a maximização da sua popularidade tendo em vista conseguir essa manutenção. Valorizando ou não esta faceta egoísta que muitos autores insistem em acentuar, é inquestionável que os governos [...] assumem comportamentos que, de forma mais ou menos disfarçada por altruísmos de diversas matizes, têm em vista a conquista e a permanência no poder. E nenhuma forma foi até hoje encontrada que desse melhores resultados que a política económica.⁶¹

Esta preocupação permanente pela manutenção no poder, acima evidenciada no excerto de Nordhaus, citado em *Ciclos Políticos na Economia Portuguesa* de Manuel Maria Agria, desvincula a transparência da ação política e o seu fim, por forma a garantir o apoio dos constituintes no momento do voto. A instabilidade surge quando os representantes em poder são obrigados a responder pelas suas ações governativas e estas não têm como fim a defesa dos interesses dos cidadãos e bom funcionamento

⁵⁹ *Id.*, *Ibid.* Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença. p. 181

⁶⁰ Nordaus, W. (1989), “Alternative Approaches to the Political Business Cycles”, *Brookings Papers on Economic Activity*, 2:1989, pp. 1-68.

⁶¹ Agria, M. M. (1994). *Ciclos Políticos na Economia Portuguesa*, Universidade Nova de Lisboa. pp. 7-8. <http://fesrvsd.fe.unl.pt/WPFEUNL/WP1994/wp240.pdf>

democrático, mas sim interesses políticos de índole pessoal, assistindo-se a um incumprimento da relação de confiança.

No âmbito da Economia Política, em 1995, Fuchs e Klingemann⁶² observaram uma relação entre o declínio da economia e do emprego com a diminuição dos níveis de satisfação com a democracia. De fato, é possível identificar uma teoria comum referente aos ciclos políticos económicos. Esta procura dar uma explicação acerca do desempenho e movimentos cíclicos da economia nas sociedades democráticas modernas, em que a correlação entre o campo político e económico está claramente representada nesta matéria. Há, assim, duas opções alternativas que se propõem a explicar o fenómeno de ciclos económicos na Política, conforme dita o excerto que se segue:

Por um lado, os modelos dos ciclos políticos realçam a ideia de que as chamadas manipulações eleitorais servem para sinalizar a competência política e administrativa dos governantes contribuindo assim para gerar estes ciclos. Por outro lado, a possibilidade de existirem ciclos eleitorais induzidos pela ausência de uma capacidade de observação adequada dos eleitores para identificar as manipulações orçamentais oportunistas.⁶³

Estas manipulações acima descritas surgem do reconhecimento atribuído à utilidade do voto. Trata-se do conceito de *economic vote*⁶⁴, que reflete a importância que o eleitor deposita no desempenho económico, aquando da sua decisão de voto em determinado agente político ou partido político. Neste sentido, um *economic vote* é um voto racional, baseado em informação (ou expectativa). A grande parte do estudo

⁶² Cit. European Social Survey, “People’s underlying value orientations”, *ESS Core Questionnaire Development - Political Issues*, p. 186.
http://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/core_ess_questionnaire/ESS_core_questionnaire_political_issues.pdf

⁶³ Cardoso, A. S. P. (2012). “Os Ciclos Político Económicos e o Poder Local: Análise de 1997 a 2009”, *DEGEI - Dissertações de mestrado*. p.9 <http://hdl.handle.net/10773/9566>

⁶⁴ Duch, R. (2007). “Comparative Studies of the Economy and the Vote”, *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Edit. Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford: Oxford University. pp.805-806.

dedicado a esta matéria debruça-se na influência dos agentes e instituições políticas na economia, devido à sua ideologia e constante desejo de eleição ou reeleição. Simultaneamente, outros dados, ainda que analisados a uma escala internacional, destacam a taxa de inflação, crescimento e desemprego na sua relação com os agentes e órgãos de soberania política. O autor confirma a existência de uma interdependência nas decisões de voto dos eleitores, causada pela ação política e económica, influenciando até as perspectivas de reeleição. Consequentemente, o estado da economia, representado através de indicadores económicos tais como a taxa de desemprego, de inflação, ou o Produto Interno Bruto (PIB) vê-se alterado com impacto direto na opinião dos constituintes acerca da performance do governo.

Outros autores partilham concordância na mesma tese, assegurando que a economia tem impacto na decisão do voto. Maraval⁶⁵ defende que o desempenho económico tem um papel determinante na decisão de voto dos eleitores, uma vez que se os resultados económicos de um governo forem positivos, as probabilidades de este ser reeleito são bastante superiores. O contrário também se verifica: se os resultados forem negativos, provavelmente não será reeleito. E adiciona mais um elemento ao seu argumento, o conceito de expectativas futuras. Deste modo, Maraval crê que os eleitores não se baseiam somente em factos retrospectivos, tais como os indicadores económicos supracitados, mas igualmente na expectativa que depositam em determinado agente político ou partido político referente a um desempenho económico positivo no futuro.

Contrariamente a Cardoso e Maraval, van der Brug *et al* não encontram relação ou influência da economia na política e resultados eleitorais. Destacam, por seu turno, a relação competitiva entre partidos no sistema partidário como fator decisivo no desenho

⁶⁵ Maraval, J. (2007). "Accountability and the Survival of Governments", *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Edit. Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford: Oxford University Press. pp. 916-917.

dos ciclos económicos. Os autores acreditam que o comportamento dos eleitores assenta num modelo de duas fases, sendo que na primeira os constituintes desenvolvem as suas preferências nos agentes políticos candidatos ao governo, preferências estas que podem ser construídas numa base social, por oposição a uma base macroeconómica, como acima descrito. Ainda assim, os autores não descartam a relação natural da economia com várias áreas de competência humana, tais quais a política, pelo que assumem que as alterações nos ciclos económico poderão ter alguma influência na avaliação do voto que o constituinte faz. Na segunda fase deste modelo de comportamento dos eleitores, van der Brug *et al.* apontam como fator principal de influência os partidos políticos, admitindo que a grande parte dos eleitores vota no partido com o qual mais se identifica. Com efeito, conclusivamente, a escolha de voto está dependente do nível absoluto de apoio/simpatia partidária e, em concomitância, da utilidade relativa que o eleitor retira ao votar num determinado partido e não nos restantes.

Concluem assim os autores que a alteração dos ciclos económicos não promove tanto impacto na decisão dos votos, quanto a ação partidária o faz, com mais influência. Em segundo lugar, denotam que a tese de que os resultados económicos negativos têm um maior impacto na escolha de voto dos constituintes não se verifica absolutamente, pois consideram ser muito difícil ter a confiança dos eleitores em tempos áureos da economia, pois estes terão sempre um sentimento de desconfiança nos cenários futuros. Acresce ainda o facto de as diferenças entre os grupos de eleitores poderem não refletir a sua sensibilidade relativamente à economia, representando na realidade o grau de pretensão a determinado partido, tornando estes mais ou menos vulneráveis a ser *swing voters*. Por último, acreditam e acrescentam os autores, que a influência dos ciclos económicos na intenção de voto dos eleitores é mais transparente em países com baixa tradição e ação partidária.

A correspondência entre os conceitos mencionados – as diferentes causas de instabilidade política, associadas à volatilidade eleitoral, ciclos partidários e económicos – dá lugar à teoria dos “*Political Business Cycles*”, abordada por Manuel Maria Agría. Igualmente conhecida por “Ciclos Oportunísticos”, uma teoria de William Nordhaus, assenta num conjunto de seis hipóteses: 1) O comportamento económico baseia-se em três variáveis – produto, inflação e desemprego – traduzidas na curva de Phillips; 2) as expectativas de inflação são do tipo adaptativo; 3) os decisores políticos controlam diretamente a procura agregada e indiretamente a inflação; 4) os agentes políticos partilham um comportamento oportunístico, visando, como único objetivo, estenderem os seus mandatos e omitindo, por consequência, quaisquer reações do tipo partidário; 5) os eleitores são retrospectivos, ou seja, julgam e avaliam as capacidades dos candidatos políticos à eleição tendo em conta o estado da economia no final dos respetivos mandatos, ignorando as observações mais antigas; 6) por último, as datas das eleições são fixadas exogenamente ao processo.

Tendo em conta os pontos acima mencionados, Agría completa a teoria de Nordhaus com pressupostos de referência e que considera transversais a qualquer regime. Assim, o autor aponta: a) todos os governos, independentemente da sua posição ideológica, agem da maneira supracitada, de forma coincidente; b) à medida que se aproxima o final dos respetivos mandatos, os candidatos à reeleição estimulam a economia de forma a serem beneficiados no julgamento dos eleitores, manipulando, assim, a curva de Phillips a curto prazo; c) e como resultado destes estímulos, verifica-se um aumento da taxa de inflação no período pré eleitoral, seguindo-lhe, na fase posterior, uma redução na erosão dos ativos líquidos na posse dos particulares em consequência da adoção de inevitáveis políticas contracionistas.

Ora, a tese defendida por Agría, não só justifica a teoria de Nordhaus como a generaliza e estende a todos os governos. Por conseguinte, a confirmar-se a manipulação acima descrita, o autor aponta uma profunda lacuna nos sistemas de representação democrática – a existência de *political business cycles* promove a desconfiança dos eleitores a longo prazo, o descrédito nos agentes políticos e instituições políticas e, por conseguinte, instabilidade política.

Dados de confiança nas instituições políticas

- i. Em Portugal
- ii. Na Alemanha, Espanha, União Europeia e Reino Unido

Os dados apresentados neste capítulo têm como base os resultados de estudos realizados pela Comissão Europeia e Direção Geral da Comunicação, através do órgão Eurobarómetro e abrangem o período de tempo disponível pelo estudo. A análise a Portugal tem como principal fonte o “Standard Eurobarometer 84 survey”⁶⁶ (EB84), estudo realizado entre 7 e 17 de novembro de 2015 em 34 países ou territórios, entre os quais, 28 estados membros da União Europeia (EU), cinco estados candidatos (República da Macedónia, Turquia, Montenegro, Sérvia e Albânia) e a Comunidade Turca Cipriota que não é controlada pelo governo da República do Chipre.

Dos resultados incluídos no EB84, este capítulo apresenta dados de natureza política e socioeconómica relativos a Portugal, Reino Unido, Alemanha, Espanha e União Europeia. O seu objetivo é traçar o panorama da confiança nas instituições políticas (nacionais e da União Europeia) em Portugal, quando coerente com recurso a comparação com décadas anteriores, mas principalmente em comparação com três países da União Europeia (Inglaterra, Alemanha e Espanha), bem como a média da EU.

Segundo os resultados do Eurobarómetro, desde 2005 que os portugueses concordam ser o desemprego o problema que mais afeta Portugal⁶⁷. De entre diferentes variáveis (crime, defesa/relações externas, situação económica, energia, problemas relacionados com energia, dívida, segurança social e saúde, sistema de saúde,

⁶⁶ European Commission (2015). “Standard Eurobarometer 84 survey”. *Public Opinion*. v1.00. http://open-data.europa.eu/en/data/dataset/S2098_84_3_STD84_ENG

⁶⁷ Ver Gráfico 1, em Anexos.

administração interna, imigração, pensões, proteção ambiental, transportes públicos, preços elevados/inflação/custo de vida, impostos, terrorismo, sistema de educação, meio ambiente, clima e desemprego, outros), em 2015, 32% dos inquiridos apontou o desemprego como o principal problema em Portugal, seguido da situação económica (18%) e da inflação/custo de vida (14%). O desemprego manteve-se como a maior preocupação dos portugueses, tendo sofrido um aumento significativo a partir de 2007 e atingindo o seu valor mais elevado em 2013, altura em que os efeitos da crise económica foram fortemente sentidos em Portugal, descendo então cinco pontos percentuais até 2015.

De facto, quando questionados acerca da realidade em Portugal sobre o emprego, desde 2009 que a maioria das respostas é “muito má”⁶⁸. Nos períodos em que a crise económica atingiu Portugal, a perceção acerca do desemprego tornou-se uma realidade entre os cidadãos portugueses, tendo subido 20 pontos percentuais entre 2007 (47%) até 2013 (67%). Nenhuma das classificações positivas sobre o contexto da empregabilidade se encontra acima dos 6%, realidade que não se verifica quando comparada com os resultados obtidos na Alemanha (11% “muito boa” e 60% “boa”), com o Reino Unido (5% “boa” e 39% “muito boa”)⁶⁹. Por outro lado, o cenário espanhol é relativamente idêntico ao português, apesar de que mais espanhóis (59%) consideram a sua situação “muito má” em 2015, comparativamente com os portugueses (48%). Relativamente à média da UE, apesar de 26% dos países inquiridos classificarem a sua situação de emprego como “boa”, estando bastante acima de Portugal e Espanha, 40% assume ser “má”, valores que se aproximam de Portugal e do Reino Unido. Neste âmbito, o Reino Unido vê as perceções dos seus cidadãos bastante divididas entre “boa” e “má”, ambas as respostas com 39%.

⁶⁸ Ver Gráfico 2, em Anexos.

⁶⁹ Ver Gráfico 3, em Anexos.

Este é um panorama paralelo ao panorama da economia nacional. Quando questionados acerca da situação económica no seu país, a população portuguesa define principalmente como “má” ou “muito má”. Em 2015, 63% classificaram a situação económica nacional como “má”, 35% como “muito má”⁷⁰. A classificação de “boa” ou “muito boa” posiciona-se abaixo dos 10%. Acresce que no período entre 2009 e 2013, mais pessoas consideraram que a economia em Portugal estava “muito má” do que “má”, período coincidente com o início da crise económica. Quando comparados estes valores, em 2015, Espanha e Portugal são os países que consideram que a sua economia nacional se encontra em pior estado, sendo que 38% dos espanhóis e 35% dos portugueses classificam como “muito má”, e 51% e 56% classificam como “má”, respetivamente⁷¹. Estes são também dois países da União Europeia que mais sentiram o impacto da crise económica mundial. Note-se, por exemplo, que 69% dos alemães considera que a sua economia nacional se encontra “muito boa”, contra 49% no Reino Unido, 9% em Espanha e 8% em Portugal. A média da União Europeia encontra-se nos 39% como “má”, 36% “boa”, 18% “muito má” e 5% “muito boa”. Os resultados presentes em ambos os gráficos posicionam a perceção que os portugueses têm da sua economia muito pior do que a economia alemã e do Reino Unido, sempre pior que a média da UE e paralela à economia espanhola.

É na qualificação da qualidade de vida que Portugal mais se destaca dos restantes países em comparação⁷². Neste campo, mais de metade dos portugueses (59%) considera “má” a qualidade de vida no seu país, uma classificação bastante superior à de Espanha (42%), à média da UE (29%), do Reino Unido (17%) e da Alemanha (7%). Entre os cidadãos destes países que consideram a sua qualidade de vida “boa” ou “muito

⁷⁰ Ver Gráfico 4, em Anexos.

⁷¹ Ver Gráfico 5, em Anexos.

⁷² Ver Gráfico 6, em Anexos.

boa”, Portugal posiciona-se sempre abaixo com 24% e 1%, respetivamente. Entre os que consideram “muito má”, também são os portugueses que se encontram em primeiro lugar (15%), seguindo-se dos espanhóis (14%), UE (9%), Reino Unido (3%) e Alemanha (1%). Este cenário acompanha as perceções supracitadas, em que Portugal vê a sua situação económica e de desemprego muito negativa, equiparada à de Espanha. Já a Alemanha apresenta os resultados mais positivos, sempre acima do Reino Unido. Compreende-se assim, a relação entre o contexto económico e de desemprego em Portugal, com a perceção de uma má qualidade de vida pelos portugueses.

Sendo objetivo deste capítulo analisar os níveis de confiança dos portugueses relativamente às instituições políticas, são de seguida apresentados os resultados sobre as seguintes instituições: o Governo, o Parlamento, o sistema legal/Justiça, os governos locais e regionais e os partidos políticos.

Os primeiros resultados apresentados acerca dos níveis de confiança da população portuguesa no Governo, em 2001, mostram que metade dos inquiridos (51%) afirmava ter tendência a confiar, contra 46% que respondem não que normalmente não confiam⁷³. As duas respostas vão-se afastando com o passar dos anos e é a partir de 2007 que as respostas negativas se vão agudizando e as respostas positivas decrescendo fortemente. Em 2013 verifica-se o ponto mais elevado de pessoas que afirmam não confiar no Governo (88%), tendo este valor baixado em 2015 para (79%), mantendo-se ainda assim muito elevado. É também a partir de 2013 que a tendência decrescente de pessoas que confiam no Governo se vê alterada, subindo de 17% em 2013 para 21% em 2015. Em 2015, este cenário de desconfiança repete-se em Espanha, que apresenta os valores mais elevados de desconfiança no seu governo (80%), na UE (66%), no Reino

⁷³ Ver Gráfico 7, em Anexos.

Unido (64%) e na Alemanha (56%)⁷⁴. A tendência para a desconfiança no Governo nacional verifica-se igualmente nos restantes países que em 2001 apresentavam mais confiança nesta instituição (Alemanha: 47%; Espanha: 55%; UE: 48%; Portugal 51%)⁷⁵. Apenas no Reino Unido, os cidadãos afirmavam ter mais tendência para desconfiar no Governo desde 2001, com resultados posicionados nos 49% e 43%, respetivamente, cenário que se manteve nos 15 anos seguintes.

Concomitantemente, o Parlamento apresenta o mesmo desenvolvimento. Em 2000 eram mais os portugueses que afirmavam confiar no Parlamento (55%), sendo que 51% declarava não confiar⁷⁶. Este cenário alterou-se rapidamente em 2002 e, a partir daí, as respostas foram divergindo para caminhos opostos. Atualmente, segundo os últimos dados de 2015, 77% dos portugueses inquiridos responde negativamente acerca da confiança no Parlamento. Contrariamente ao que se verifica em relação ao Governo nos restantes países, o Reino Unido não é quem mais desconfia, apresentando-se desta vez na quarta posição desta resposta em 2015⁷⁷. Os espanhóis são quem mais desconfiam (80%), seguidos de Portugal (77%), UE (64%), Reino Unido (60%) e Alemanha (52%). A Alemanha foi o país que menos alterou a sua posição, segundo os dados de 2000⁷⁸. Neste ano, 47% dos alemães inquiridos afirmava não confiar no Parlamento. Por seu turno, é em Espanha que se verifica uma alteração mais acentuada, de 35% em 2000 para 80% passados 15 anos.

No campo da Justiça e sistema legal as respostas têm sido maioritariamente “tendência para desconfiar”, apesar de ambas as posições não se alterarem muito. É em 2009 que a desconfiança mais se acentua, relativamente à confiança na Justiça, com

⁷⁴ Ver Gráfico 8, em Anexos.

⁷⁵ Ver Gráfico 9, em Anexos.

⁷⁶ Ver Gráfico 10, em Anexos.

⁷⁷ Ver Gráfico 11, em Anexos.

⁷⁸ Ver Gráfico 12, em Anexos.

valores posicionados nos 68% e 37%, respetivamente⁷⁹. Atualmente o cenário tende a ser cada vez menos negativo, uma vez que ambas as posições se têm vindo a aproximar, estando apenas com cinco pontos percentuais de diferença um do outro (51% dos inquiridos tende a desconfiar e 46% tende a confiar). Do mesmo modo que em Portugal, a maioria dos espanhóis (62%) também não confia no seu sistema legal⁸⁰. A Alemanha, pelo contrário, apresenta níveis de confiança mais consistentes, uma vez que 67% dos seus cidadãos afirma ter tendência para confiar no sistema legal do seu país, seguidos de 64% no Reino Unido e 52% para a média da UE.

No que diz respeito à confiança dos portugueses nas instituições de governo local e regional, em 2015, a maioria afirma não confiar (59%), estando separado das respostas positivas por cerca de 20 pontos percentuais⁸¹. Curiosamente, entre a partir de 2008 notou-se um aumento das pessoas que afirmam confiar nestas instituições de governo local e regional e conseqüente decréscimo dos que respondem não confiar, tendo as respostas positivas ultrapassado as negativas pela primeira vez no período de tempo em análise (59% afirmam confiar e 28% afirmam não confiar). Esta alteração coincide também com as eleições autárquicas de 2009 que poderão ter influenciado as respostas dos inquiridos, uma vez que no ano seguinte regressa a tendência de aumento das respostas negativas. Neste campo, Portugal encontra-se ao nível da média da UE no número de pessoas que responde não confiar nas instituições de governo local e regional (51%), bem como do Reino Unido (49%), mas afasta-se de Espanha que apresenta os níveis mais elevados de desconfiança, comparativamente com estes (72%)⁸².

⁷⁹ Ver Gráfico 13, em Anexos.

⁸⁰ Ver Gráfico 14, em Anexos.

⁸¹ Ver Gráfico 15, em Anexos.

⁸² Ver Gráfico 16, em Anexos.

É nos partidos políticos que a desconfiança dos portugueses é mais acentuada e se tem agravado nos últimos 15 anos⁸³. Em 2015, 86% afirma ter tendência para desconfiar, panorama que também se verifica na Alemanha (71%), Espanha (86%), UE (78%) e Reino Unido (81%)⁸⁴.

No geral, quando questionados acerca do funcionamento da democracia em Portugal, os cidadãos portugueses mostram-se desagradados. No período entre 1984 e 2015, as respostas têm sido maioritariamente negativas e, uma vez mais, o cenário tem vindo a agravar-se, sendo que atualmente cerca de metade dos inquiridos afirma estar “insatisfeito”⁸⁵. Na análise comparativa, apesar de Portugal ser o país com mais respostas “insatisfeito” (Alemanha: 25%; Espanha: 38%; União Europeia: 31%; Reino Unido 24%), por outro lado é em Espanha que a maioria dos “muito insatisfeitos” se concentra (Alemanha: 10%; Espanha: 22%; União Europeia: 14%; Portugal: 12%; Reino Unido: 9%)⁸⁶. Apenas na Alemanha e no Reino Unido mais de 10% dos inquiridos afirmam estar “muito satisfeitos” com o funcionamento da democracia no seu país.

O sentimento relativo à UE não difere muito do panorama nacional. Atualmente, no geral, os portugueses também se mostram mais insatisfeitos quanto ao funcionamento da democracia na UE⁸⁷. Contudo, os valores não são tão elevados como na análise nacional, sendo que 45% revela-se “insatisfeito”, 33% afirmam estar “satisfeitos”, contra 11% “muito insatisfeitos” e apenas 1% “muito satisfeito”. É possível identificar o início do período de instabilidade económica especialmente a partir de 2008, em que há um recuo das respostas positivas e um aumento significativo

⁸³ Ver Gráfico 17, em Anexos.

⁸⁴ Ver Gráfico 18, em Anexos.

⁸⁵ Ver Gráfico 19, em Anexos.

⁸⁶ Ver Gráfico 20, em Anexos.

⁸⁷ Ver Gráfico 21, em Anexos.

de “insatisfeito” e “muito insatisfeito”, culminando no ano de 2011 em que a soma destas últimas duas respostas alcançou 84%. Note-se que foi precisamente em março de 2011 que Portugal recorreu a resgate financeiro. Entre 2011 e 2015, as respostas negativas foram diminuindo, o que não deixa de colocar Portugal entre os que mais responde estar “insatisfeito” com o funcionamento da União Europeia, quando comparado com Alemanha (36%), Espanha (31%), UE (31%) e Reino Unido (27%)⁸⁸. Ainda assim, no geral, quase metade destes responde estar “satisfeito” (Alemanha: 44%; Espanha: 35%; UE: 42%; Reino Unido: 36%). Neste ponto, é de salientar que se trata de um inquérito com elevado número de respostas “não sabe” – quase todos ultrapassam os 10% e o Reino Unido alcança os 22% - o que pode indiciar falta de ligação destes cidadãos à União Europeia. Com efeito, quando questionados acerca do sentimento de pertença à União Europeia, as respostas quase que se dividem igualmente entre “pouca ligação” (Alemanha:37%; Espanha: 36%; UE: 36%; Portugal: 41%; Reino Unido: 39%) e “alguma ligação” (Alemanha: 41%; Espanha: 33%; UE: 36%; Portugal: 37%; Reino Unido: 29%)⁸⁹. Entre estes, é no Reino Unido que mais se verifica esta lacuna no sentimento de pertença à UE, nos 22% de pessoas que afirmam não sentir nenhuma ligação à UE.

Esta realidade negativa comprova-se num inquérito à população portuguesa sobre o nível de confiança na UE⁹⁰. Em 2003 mais de metade dos portugueses (63%) afirmava ter tendência para confiar na UE, enquanto 25% dizia ter tendência para não confiar. Estes valores foram-se alterando gradualmente e é em 2010 que se substituem passando a haver uma maioria cética na UE. O efeito da entrada da Troika em Portugal é claro no agudizar destes valores, novamente em 2013. Até aos dias de hoje é possível

⁸⁸ Ver Gráfico 22, em Anexos.

⁸⁹ Ver Gráfico 23, em Anexos.

⁹⁰ Ver Gráfico 24, em Anexos.

verificar que os níveis de confiança voltaram a subir, sendo que atualmente 42% dos inquiridos afirma ter tendência para confiar na UE. Diversamente ao que se tem vindo a verificar, quando comparado com os restantes países, é Portugal quem apresenta os níveis de confiança mais elevados na UE⁹¹. Na Alemanha, apenas 28% afirma ter tendência para confiar, contra 63%. Em Espanha, ¼ da população tende a ter confiança na UE, contra 61% que responde ter tendência a não confiar. A média dos países que integram a União Europeia divide as suas respostas em 32% “tendência a confiar” e mais de metade 56% “tendência a não confiar”. Mais uma vez, é no Reino Unido que se nota uma relação mais ténue com a UE, sendo que apenas 23% tende a confiar, enquanto 63% afirma não confiar. Igualmente ao que se verifica em Portugal, Espanha assinala uma quebra mais acentuada na confiança ao longo dos anos⁹². Em 2003, 57% dos espanhóis respondia ter tendência a ter confiança na UE. A Alemanha, por sua vez, não segue esta realidade, mantendo os níveis de confiança muito próximos em 2003 (35% tende a confiar) e em 2015 (28% tende a confiar). Já o Reino Unido, contrariamente a todos, foi o único país que subiu ligeiramente os níveis de confiança entre 2003 (20% tende a confiar) e 2015 (23% tende a confiar).

Terão igualmente contribuído para o declínio da confiança na UE as dramáticas condições sociais e económicas impostas como contrapartida ao resgate financeiro [...]. A Grécia e Portugal acedem ao resgate mediante a aceitação de medidas particularmente penalizadoras para as populações, que invariavelmente incluíram cortes salariais substanciais, forte aumento de impostos e redução dos serviços públicos e apoios sociais, o que teve por consequência a quebra do consumo, o estrangulamento da economia e das condições de vida.⁹³

⁹¹ Ver Gráfico 25, em Anexos.

⁹² Ver Gráfico 26, em Anexos.

⁹³ Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Manuel Maria dos Santos. pp. 74-75.

Com efeito, atualmente, não se verificam níveis favoráveis de satisfação ou confiança com a UE, nem com outras instituições políticas europeias. O nível de confiança na Comissão Europeia também foi alvo de inquérito à população portuguesa, no âmbito das instituições europeias⁹⁴. A desconfiança era relativamente baixa até 2005, altura que estes valores começam a subir, sendo que em 2015, 42% dos portugueses responde ter tendência a não confiar na Comissão Europeia. Até 2005 os níveis de confiança na Comissão Europeia eram relativamente elevados, chegando a alcançar percentagens superiores a 60%, até 2005 em que começa um decréscimo destes valores. Note-se que nos primeiros anos em que este inquérito foi aplicado à população portuguesa, verifica-se uma percentagem muito elevada de resposta “não sabe”, comparativamente ao que tem sido analisado, indiciando alguma falta de conhecimento dos inquiridos acerca deste órgão político europeu, realidade que tende a diminuir até aos dias e hoje. Quando comparado com realidade dos outros países, Portugal está ao nível médio das restantes respostas que afirmam ter “tendência a não confiar” na Comissão Europeia⁹⁵. Apenas Espanha se destaca com maior número de respostas negativas neste campo (59%). Tanto a Alemanha (48%), como Espanha, Reino Unido (53%) e Portugal (49%) apontam níveis de desconfiança na Comissão Europeia superiores à média da UE (46%).

Relativamente à confiança dos portugueses no Parlamento Europeu, também se verifica um número elevado de resposta “não sabe” que vai diminuindo ao longo dos anos, fruto de um maior conhecimento e consciencialização das instituições europeias⁹⁶. De 1993 até 2010 havia um claro número superior de pessoas que afirmavam ter tendência a confiar no Parlamento Europeu. Mais uma vez, é no período da crise

⁹⁴ Ver Gráfico 27, em Anexos.

⁹⁵ Ver Gráfico 28, em Anexos.

⁹⁶ Ver Gráfico 29, em Anexos.

económica que as respostas se invertem, sendo que em 2015 a maioria dos portugueses (49%) que não confia no Parlamento. O mesmo se passa nos restantes países da União Europeia, que partilham uma percentagem de desconfiança muito idêntica à de Portugal (47%)⁹⁷. Os restantes países (Alemanha: 50%; Espanha: 59% e Reino Unido: 59%) têm níveis de desconfiança um pouco mais elevados que Portugal e a média da União Europeia. Mantem-se, uma vez mais, um sentimento generalizado de desconfiança nesta instituição política, como tem sido apontado nas anteriores.

O Banco Central Europeu é a instituição em que se compreende melhor os níveis de desconfiança face à crise, tal como sucede em Portugal. Quando questionados se tendem a confiar ou não confiar no Banco Central Europeu, mais de metade dos portugueses dizia ter tendência a confiar, em 1999⁹⁸. As respostas “não sabe” eram elevadíssimas e foram diminuindo ao longo dos anos, sendo que hoje em dia se encontram nos 10%. Ainda assim, as respostas positivas aos níveis de confiança eram crescentes até 2005, período em que começaram lentamente a diminuir, sofrendo uma queda abrupta a partir de 2007 até 2013. Foi igualmente em 2007 que as respostas “tende a não confiar” aumentaram bastante, tendo ultrapassado, em 2010, o número de respostas “tende a confiar” no Banco Central Europeu. Em 2015 os valores voltaram a aproximar-se, ainda assim, com um maior número de portugueses a afirmar que não confia no Banco Central Europeu (52%). Quando comparado com os restantes países, apenas Espanha se diferencia com os maiores índices e desconfiança no Banco Central Europeu (63%)⁹⁹. A Alemanha tem a mesma percentagem de desconfiança que Portugal (52%), seguida do Reino Unido (51%) e da UE (47%).

⁹⁷ Ver Gráfico 30, em Anexos.

⁹⁸ Ver Gráfico 31, em Anexos.

⁹⁹ Ver Gráfico 32, em Anexos.

Verifica-se desconfiança nas instituições políticas?

Em todos os parâmetros avaliados verificou-se um sentimento de desconfiança generalizado nas instituições políticas, entre elas o Parlamento nacional, Governo nacional, os partidos políticos nacionais, a justiça portuguesa, os governos de autoridade administrativa locais e regionais, bem como ao nível europeu o Parlamento Europeu, Comissão Europeia, Banco Central Europeu e a própria União Europeia. A maioria apresenta tendências crescentes de desconfiança, realidade partilhada com os restantes países aqui comparados: Alemanha, Espanha, Reino Unido e média da UE. Também a maioria destas instituições, há cerca de 15 a 25 anos atrás apresentava maioria de respostas positivas em termos de confiança e satisfação com as instituições políticas, situação que se inverteu com o passar dos anos, dando lugar a que, atualmente, sejam maioritárias as respostas de insatisfação ou desconfiança. Todavia, não há grande discrepância de resultados comparativamente aos restantes países. Ou seja, no geral, apesar de negativos, os níveis de confiança de Portugal nas instituições políticas nacionais e europeias vão ao encontro do que se verifica na média da União Europeia.

A realidade nacional é claramente negativa. Em 2015, todas as instituições que foram objeto de inquérito revelavam não obter a confiança dos portugueses em mais de 50%. Igualmente revelavam desde os primeiros inquéritos haver mais respostas positivas relativamente à confiança nas instituições que se inverteram e agudizaram, entre os anos de 2007 e 2010, período de início da crise da crise económica mundial com forte influência em Portugal. No contexto nacional, é nos partidos políticos que a desconfiança dos portugueses é mais acentuada, tendo-se mantido os níveis elevados desde o primeiro inquérito, em 2000.

No fundo, a população portuguesa não mostra tendência para confiar nas instituições políticas, nem tampouco satisfação relativamente aos índices de qualidade de vida supracitados. Apontam claramente o desemprego como principal problema em Portugal e consideram este panorama muito negativo, facto que sobressai quando comparado com os outros países, à exceção de Espanha que apresenta níveis parecidos aos de Portugal. A qualidade de vida é um dos inquéritos expostos acima em que a insatisfação dos portugueses é evidente, apresentando as respostas mais negativas entre os países em análise comparativa.

Assim, para além da desconfiança generalizada em todos os campos avaliados, os portugueses são também os cidadãos mais insatisfeitos com as suas condições sociais, o funcionamento da sua democracia e o contexto económico nacional em que se encontram. Acresce que, «de acordo com os dados do *European Social Survey* para 2012, de entre os 22 países europeus que integram o estudo, Portugal situa-se no último lugar no que respeita ao interesse dos seus cidadãos pela política»¹⁰⁰, uma realidade que não é exclusiva a Portugal, mas bastante acentuada.

¹⁰⁰ Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Manuel Maria dos Santos. p. 41.

CRISE DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

A desconfiança nas instituições políticas conduz a uma crise da representação política em Portugal?

O descrédito nas instituições democráticas, que são representativas da população, é por si só um elemento fraturante da confiança. Ao nível da democracia, a desconfiança nas instituições democráticas pode, por um lado, expressar a consciência da sociedade civil e das pessoas que não confiam cegamente em algo que não conseguem controlar. Contudo, desconfiança excessiva e, especialmente, contínua poderá ser sinónimo de uma incompatibilidade de orientações normativas, expectativas e experiências que os cidadãos têm dessas mesmas instituições. Várias são as razões que podem potenciar esta incompatibilidade, tais como a ineficácia das instituições democráticas, corrupção e fraude, desrespeito, descrédito e falta de compromisso, entre outros¹⁰¹.

No senso comum, desconfiança provoca descrédito ou desvalorização de alguém ou algo. Nos regimes democráticos, as instituições desempenham duas funções complementares. Primeiramente, têm o papel de distribuição do poder de tomada de decisões que afetam a coletividade. Em segundo lugar, desempenham a função de assegurar a participação dos cidadãos na avaliação e julgamento dos processos de decisão. Ou seja, por um lado, está em causa o controlo do poder para que a liberdade dos cidadãos não seja afetada, sem arriscar igualmente o funcionamento da vida pública. Por outro, promove a igualdade dos cidadãos perante lei. Este ponto pressupõe a

¹⁰¹ Moisés, J. A. (2006), “Citizen’s Distrust in Democratic Institutions”, *International Review of Sociology*, 16(3), pp. 593-594. <http://dx.doi.org/10.1080/03906700600931418>

existência de regras, normas, mecanismos, processos institucionais e, principalmente, valores que estão na base das instituições e que guiam o seu funcionamento. Entre os vários mecanismos que promovem a igualdade dos cidadãos perante a lei, está o direito de escolha do governo, através do voto livre e individual. Todavia, o ato de votar não garante na totalidade aquilo que o indivíduo procura para si mesmo ou, até mesmo, para a comunidade. É, portanto, dever das instituições democráticas assegurar a representação política, justiça e implementar políticas públicas que proporcionem a distribuição de poder, bem como a existência de uma ligação ao julgamento do cidadão no processo de decisão. Estes são os fatores que fazem das instituições democráticas um aspeto fundamental dos regimes democráticos e sem os quais seriam ineficazes¹⁰².

Havendo um sentimento generalizado de desconfiança nas instituições políticas nacionais e europeias, com uma gradual tendência para decréscimo, há lugar para a incompatibilidade de expectativas de representação que os cidadãos têm nessas instituições. Num contexto que mais de metade da população não confia no Parlamento, Governo e Justiça, sente consequentemente falta de empenho dessas mesmas instituições em defender os interesses da população, não se sentido, em consequência, devidamente representadas. Acresce que em Portugal se verificam níveis de interesse pela vida política muito baixos. Tal é verificado pelas elevadas taxas de abstenção nas mais recentes eleições legislativas (44,1%¹⁰³) e presidenciais (51,3%¹⁰⁴).

Regressando às páginas iniciais desta tese, a representação política expressa-se pelo «ato de tornar presente o que está física ou juridicamente ausente. A representação ocorre habitualmente na vida democrática: instituições representativas são aquelas que

¹⁰² Moisés, J. A. (2006), Citizen's Distrust in Democratic Institutions, *International Review of Sociology*, 16(3), pp. 593-594. <http://dx.doi.org/10.1080/03906700600931418>

¹⁰³ Ver Tabela 1, em Anexos.

¹⁰⁴ Ver Tabela 2, em Anexos.

permitem ao povo ter acesso ao poder político por meio dos seus delegados capazes de falar em seu nome e de exprimir a sua realidade existencial»¹⁰⁵. A representação política não é plenamente exercida em contexto de desconfiança generalizada e gradual nas instituições políticas. Não havendo espaço para a geração contínua, fortalecimento e manutenção desta confiança, não há estabilidade na representação e gera-se, por conseguinte, um clima de crise da representação política.

¹⁰⁵ Guedes, F. (Ed.). (2004). *A Enciclopédia*. Espanha: Editorial Verbo, S.A. pp. 7278 – 7279

CONCLUSÕES

A presente tese propõe analisar o índice de confiança nas instituições políticas em Portugal, contextualizando-o na União Europeia, à luz do atual contexto político e económico, relacionando os seus resultados com uma potencial crise de representação política. Os resultados obtidos apontam para uma desconfiança generalizada nas instituições políticas nacionais e europeias, com uma tendência gradual para um decréscimo desta confiança nas últimas décadas. Sendo a representação política um conceito intimamente relacionado com a confiança política, no geral, e nas instituições, em particular, Portugal encontra-se numa realidade de crise da representação, que se agudizou especialmente nos últimos 10 anos, confirmando a primeira hipótese formulada para este trabalho.

Dos países aqui apresentados, Portugal é dos que mais sofreu com a recente crise económica, a par de Espanha, panorama evidenciado nos níveis de satisfação com o estado do emprego, da economia, qualidade de vida e funcionamento da democracia que sofreram uma forte penalização. Foram também penalizadas neste contexto de deterioração da confiança política o Parlamento, o Governo, a Justiça e os órgãos de administração local e regional, sendo os partidos políticos quem apresenta menos credibilidade para os cidadãos portugueses. Ao nível das instituições europeias, confirma-se os efeitos da recente crise económica que agudizam as respostas negativas no período em que Portugal acede ao resgate económico.

Como supracitado, o próprio envolvimento político e compreensão da vida política hoje em dia vê-se alterado devido ao acesso à informação e ao aumento do nível de escolaridade dos cidadãos. Estes tornam-se mais exigentes e conscientes da

necessidade de segurança e defesa dos seus interesses. Contudo, os portugueses persistem entre os menos interessados da UE nos assuntos políticos. Os elevados níveis de desconfiança, insatisfação e desinteresse averiguados em Portugal constituem um fator de alerta e preocupação.

Assim, sendo o conceito de representação política uma das bases fundamentais da democracia, e considerando que este pilar sofre um período de crise e de perda de legitimidade gradual, decorrente dos elevados níveis de desconfiança nas instituições políticas, estamos perante um período de crise do conceito de representação política em que a legitimidade do compromisso entre os representados e os representantes é posta em causa. Acresce que esta não é uma realidade pontual. O descrédito e falta de credibilidade das instituições junto da população tem vindo a agravar-se. Ou seja, não é uma tendência recente, mas sim crescente e que se viu agravada com os efeitos da crise económica. É esta tendência crescente e duradoura que agudiza o estado da representação política em Portugal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almond, G., Verba, S. (1963). *The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. Princeton: Princeton University Press.

Almond, G., Verba, S. (1980). *The Civic culture revisited: an analytic study*. California: Little, Brown.

Aron, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Aurélio, D. P. (2009). *Representação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. pp. 10-51.

Barracho, C. (2008). *Poder, Autoridade e Liderança: uma perspectiva multi/interdisciplinar*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Belchior, A. M. (2015). *Confiança nas Instituições Políticas*. Lisboa: Fundação Manuel Maria dos Santos.

Burke, E. (2009). “Discurso sobre a Reforma da Representação na Câmara dos Comuns”, *Representação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. pp. 53-64.

Chevalier, J. J. (1982). *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a Nossos Dias*. Brasília: Editora Universidade da Brasília.

Curtis, M. (1968). *Comparative Government and Politics: An Introductory Essay in Political Science*. Nova Iorque: Harper & Row.

Departamento de Dicionários da Porto Editora (Ed.). (2003). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Dicionários Editora. Porto: Porto Editora. p. 1442.

Duch, R. (2007). “Comparative Studies of the Economy and the Vote”, *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Edit. Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford: Oxford University. pp.805-844.

Easton, D. (1968). *Uma Teoria da Análise Política*. Trad. Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Easton, D. (1981). *The Political System: An inquiry into the State Political Science*. Chicago: The University of Chicago Press.

Freire, A., Viegas, J. M. L. (Ed.). (2015). *Political Representation in Portugal: The Years of the Socialist Majority, 2005-2009*, E-book: Leya.

Freire, A., Viegas, J. M. L. (Ed.). (2009), *Representação Política. O Caso Português em Perspectiva Comparada*. Lisboa: Sextante.

Freire, A., Viegas, J. M. L., Seiceira, F. (2009). *Representação Política em Portugal. Inquéritos e Bases de Dados*. Lisboa: Sextante.

Guedes, F. (Ed.). (2004). *A Enciclopédia*. Espanha: Editorial Verbo, S.A. pp. 7278 – 7279.

Guizot, F. (2002). *The History of the Origins of Representative Government in Europe*. Indianapolis: Liberty Fund.

Hansen, P. (1993). *Hanna Arendt: Politics, History and Citizenship*. Reino Unido: Polity Press.

Hobbes, T. (2002). *Leviatã*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Kalecki, M. (1943). *Studies in Economic Dynamic*. Londres: Allen and Unwin

Kelsen, H. (2009). “A Questão do Parlamentarismo”, *Representação Política*. Lisboa: Livros Horizonte. pp. 151-175.

Le Duc, L., Niemi, R. G., Norris, P. (2002). *Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Elections and Voting*. Londres: Sage Publications.

Maltez, J. A. (1996). *Princípios de Ciência Política. Introdução à Teoria Política*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Maraval, J. (2007). “Accountability and the Survival of Governments”, *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Edit. Carles Boix and Susan C. Stokes. Oxford: Oxford University Press. pp. 910-936.

- Mill, J. S. (2001). *Representative Government*. Ontario: Batoche Books Limited.
- Morgado, M. (2008). “Capítulo VI: O Governo Representativo, Segundo Publius”, *A Aristocracia e os seus Críticos*. Edições 70, Lda: Lisboa.
- Nordaus, W. (1989), “Alternative Approaches to the Political Business Cycles”, *Brookings Papers on Economic Activity*, 2:1989, pp. 1-68.
- Pitkin, H. (1964). *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.
- Prélot, M., Lescuyer, G. (2000). *História das Ideias Políticas: Da Cidade Antiga ao Absolutismo do Estado – Volume 1*. Lisboa: Editorial Presença.
- Prélot, M., Lescuyer, G. (2001). *História das Ideias Políticas: Do Liberalismo à Actualidade – Volume 2*. Lisboa: Editorial Presença.
- Putnam, R. (1993). *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- Putnam, R. (2001). *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon and Schuster.

Norris, P. (Ed.). (1999). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*.
Oxford: Oxford University Press.

Rosas, J. C. (2004). *Ideias Políticas para o nosso tempo*. Guimarães: Universidade do
Minho/Centro de Estudo Humanísticos.

Schmitt, C. (2009). “Democracia e Parlamentarismo”, *Representação Política*. Lisboa:
Livros Horizonte. pp.177-206.

Sousa, J. P. G. (1971). *Da Representação Política*. São Paulo: Edição Saraiva.

Warren, E. W. (1999). *Democracy and Trust*. Cambridge: University Press

Tocqueville, A. (2008). *Da Democracia na América*. Lisboa: Relógio d’Água.

Artigos

Abney, R., Morrison, A., Stradiotto, G. (2007). “The Stability of Representation: A
Cross-national Analysis of Party Policy Dispersion”, *Representation*. 43(3), pp.
151-165. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890701464413>

Agria, M. M. (1994). *Ciclos Políticos na Economia Portuguesa*, Universidade Nova de
Lisboa. <http://fesrvsd.fe.unl.pt/WPFEUNL/WP1994/wp240.pdf>

- Archanjo, D. R. (2011). "Representação Política: Um Diálogo entre a Prática e a Teoria", *Revista Sociologia Política*, 19(38), pp. 65-83.
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000100005&lng=pt&nrm=iso
- Belchior, A. M. (2008). "Party Political Representation in Portugal", *South European Society and Politics*, 13, pp. 457-476. <http://hdl.handle.net/10071/5381>
- Bellamy, R., Parau, C. E. (2013). "Introduction: Democracy Courts and the Dilemmas of Representation", *Representation*. 49(3), pp. 255-266.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2013.830479>
- Brack, N., Costa, O., Teixeira, C. P. (2012). "Attitudes Towards the Focus and Style of Political Representation Among Belgian, French and Portuguese Parliamentarians", *Representation*. 48(4), pp. 387-402.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.720884>
- Budge, I., (2006). "Direct and Representative Democracy: Are they Necessarily Opposed?", *Representation*. 42(1), 1-12.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344890600583685>
- Burke, E., (2012). "Discurso aos eleitores de Bristol". *Revista Sociologia Política*, 20(44), pp. 97-101. <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v20n44/v20n44a08.pdf>

- Cardoso, A. S. P. (2012). “Os Ciclos Político Económicos e o Poder Local: Análise de 1997 a 2009”, *DEGEI - Dissertações de mestrado*.
<http://hdl.handle.net/10773/9566>
- Coelho, C. A. C. (2004). “Ciclos Político Económicos e o Poder Local”, *GAI - Dissertações de Mestrado*. <http://hdl.handle.net/1822/699>
- Costa, O., Freire, A., Pilet, J. (2012). “Political Representation in Belgium, France and Portugal: MPs and their Constituents in very different Political Systems”, *Representation*. 48(4), pp. 351-358.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.720877>
- Diamond, L., (1990), “Three Paradoxes of Democracy”, *Journal of Democracy*. 1(3). Johns Hopkins University Press. pp. 48-60.
<http://pdfs.riothero.com/venezuela/Three%20Paradoxes%20of%20Democracy.pdf>
- Easton, D. (1975). “A re-assessment of the concept of political support.” *British Journal of Political Science*, 5(4): 435–457.
<http://dx.doi.org/10.1017/S0007123400008309>
- European Social Survey, “People’s underlying value orientations”, *ESS Core Questionnaire Development - Political Issues*, pp. 176-232.
http://www.europeansocialsurvey.org/docs/methodology/core_ess_questionnaire/ESS_core_questionnaire_political_issues.pdf

European Commission (2015). "Standard Eurobarometer 84 survey". *Public Opinion*.
v1.00. http://open-data.europa.eu/en/data/dataset/S2098_84_3_STD84_ENG

Fournier, P. (1998). "Review of Ronald Inglehart 'Modernization and Postmodernization: Cultural, Economic, and Political Change in 43 Societies'" *Canadian Journal of Political Science*, 31, pp 391-392.
doi:10.1017/S0008423900019934.
<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=6296900&fileId=S0008423900019934>

Jalali, C. (2012). "The Portuguese Presidential Elections: Incumbency Advantage in Semi-Presidentialism?", *South European Society and Politics*, 17(2), pp. 239-260.
<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2011.624688#.VVpxqPIViko>

Jeffery, C. (2004). "The 2003 Devolved Elections in the UK: Campaigns, Voting and Representation", *Representation*. 40(4), pp. 247-249.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344890408523274>

Konrad, K. K. e Skaperdas, S. (2005). "Succession Rules and Leadership Rents", *Journal of Conflict Resolution*, 51(4), pp. 622-645.
<http://www.socsci.uci.edu/~sskaperd/Succession-rules0405.pdf>

- Lane, J. (2009). "Political Representation from the Principal-Agent Perspective", *Representation*. 45(4), pp. 369-378.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344890903235421>
- Lefkofridi, Z., Giger, N., Kissau, K. (2012), "Inequality and Representation in Europe", *Representation*. 48(1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.653227>
- Lefkofridi, Z., Horvath, K. (2012). "Migration Issues and Representation in European Liberal Democracies", *Representation*. 48(1), pp. 29-46.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.653233>
- Lisi, M., Freire, A. (2012). "Political Equality and the Process of Candidate Selection: MPs' Views in Comparative Perspective", *Representation*. 48(4), pp. 373-386.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.720882>
- Lloyd-Jones, S. (2002), "The 1999 parliamentary elections and 2001 presidential elections in Portugal", *Electoral Studies*, pp. 101–154.
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379409000195#bib25>
- Lobo, M. C. (2006). "Short-term Voting Determinants in a Young Democracy : Leaders Effects in Portugal in 2002 Legislative Elections", *Electoral Studies*, 25, pp. 270-286.
http://www.academia.edu/703157/Short-term_voting_determinants_in_a_young_democracy_leader_effects_in_Portugal_in_the_2002_legislative_elections_2005_25_pp._270-286

- Lundell, K. (2012). “Civic Participation and Political Trust: The Impact of Compulsory Voting”, *Representation*, 48(2), pp. 221-234.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.683488>
- Magalhães, A. M. (2007). “A Crise da Representação Política e o Papel dos Intelectuais”, *A Página da Educação*, 170.
<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=170&doc=12535&mid=2>
- Magalhães, P. C. (2007). “What are (Semi)Presidentials About? A Case Study of the Portuguese 2006 Elections”, *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 17(3), pp. 263-291.
<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/17457280701617094?mobileUi=0>
- Magalhães, P. C. (2014). “Government Effectiveness and Support for Democracy”, *European Journal of Political Research*, 53(1), pp. 77-97.
<http://onlineibrary.wiley.com/doi/10.1111/1475-6765.12024/abstract>
- Magalhães, P. C. e Aguiar-Conraria, L. (2009). “Growth, Centrism and Semi-Presidentialism: Forecasting the Portuguese General Elections”, *Electoral Studies*, 28, pp. 314-321.
http://www.researchgate.net/publication/222670246_Growth_centristm_and_semi-presidentialism_Forecasting_the_Portuguese_general_elections
- Mendes, D. (2007). “Representação Política e Participação: Reflexões sobre o Deficit Democrático”, *Revista Katálysis*, 10(2), pp. 143-153.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000200002&lng=en&nrm=iso

Miguel, L. F. (2008). “Os Impasses da Accountability: Dilemas e Alternativas da Representação Política”, *Revista Sociologia Política*, 25, pp. 25-38.
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31109.pdf>

Moisés, J. A. (2006), “Citizen’s Distrust in Democratic Institutions”, *International Review of Sociology*, 16(3), pp. 593-616.
<http://dx.doi.org/10.1080/03906700600931418>

Mulieri, A. (2013). “Beyond Electoral Democracy? A Critical Assessment of Constructivist Representation in the Global Arena”, *Representation*. 49(4), pp. 515-527. <http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2013.846276>

Nordhaus, W. D. (1975). “The Political Business Cycle”, *Review of Economic Studies*, 42(2), pp. 169-190.
<http://restud.oxfordjournals.org/content/42/2/169.full.pdf+html>

Paiva, D. Bohn, S., (2009). “A Volatilidade Eleitoral nos Estados. Sistema Partidário e Democracia no Brasil”, *Rev. Sociol. Polít., Curitiba*, 17(33), pp. 187-208.
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n33/v17n33a14.pdf>

Pattie, C., Johnston, R., Rossiter, D. (2012). “Change the Seats, Change the Participation? Parliamentary Redistricting and Constituency Turnout”,

Representation. 48(4), pp. 419-428.

<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.713870>

Phelps, E. (2004). "Elections and Voters in Britain", *Representation*, 40(3), pp. 238-239. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890408523270>

Ramalho, M. L. L. (2012). "Ciclos Eleitorais: Análise das Eleições Autárquicas da Última Década", *DEGEI - Dissertações de mestrado*.
<http://hdl.handle.net/10773/10343>

Rogoff, K. (1987). "Equilibrium Political Budget Cycles", *Nber Working Paper Series*. 2428. <http://www.nber.org/papers/w2428.pdf>

Ruedin, D. (2012). "Individual Representation: A Different Approach to Political Representation", *Representation*. 48(1), pp. 115-129.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.653248>

Salgado, S. (2007). "Parliamentary and Presidential Elections in Portugal 2005 and 2006 - Notes on Recent Elections", *Electoral Studies*, 26, pp. 507-533.
<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0261379409000195#bib41>

Saward, M. (2008). "The Subject of Representation", *Representation*. 44(2), pp. 93-97.
<http://dx.doi.org/10.1080/00344890802079433>

- Siaroff, A. (2000). "British AMS versus German 'Personalised PR': Not so Different, Representation", 37(1), pp. 19-28. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890008523111>
- Teixeira, C. P., Freire, A. e Belchior, A. M. (2012). "Parliamentary Representation in Portugal: Deputies' Focus and Style of Representation", *Portuguese Journal of Social Science*, 11(2), pp. 99-117. http://www.intellectbooks.co.uk/journals/view-Article_id=14874/
- Teixeira, C. P., Tsatsanis, E. e Belchior, A. M. (2014), "Support for Democracies in Times of Crisis: Diffuse and Specific Support in Portugal and Greece", *South European Society and Politics*, 19(4), pp. 501-528. <http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13608746.2014.975770>
- Thomassen, J. (2012). "The Blind Corner of Political Representation", *Representation*. 48(1), pp. 13-27. <http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2012.653229>
- Van der Brug, W. *et al* (2007). "The Economy and the Vote: Economic Conditions and Elections in Fifteen Countries", *Journal of Politics*, 70(2), pp. 565-566. <http://www.jstor.org/stable/10.1017/jpolitics.70.issue-2>
- van Wessel, M. (2010). "Citizens and their Understandings and Evaluations of Representation: Introducing an Interpretive Approach to the Study of Citizen Attitudes Towards Politics", *Representation*. 46(4), pp. 439-457. <http://dx.doi.org/10.1080/00344893.2010.518094>

- Vanhuyse, P. (2001). “Democracy, Accountability and Representation”, *Representation*, 38(1), pp. 90-91. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890108523164>
- Veiga, F. J. e Veiga, L. G. (2004). “The Determinants of Vote Intentions in Portugal”, *Public Choice*, 118(3-4), pp. 341-364. <http://link.springer.com/journal/11127#page-1>
- Verge, T., Escribà-Folch, A. (2008). “The Multidimensionality of Political Representation: An Empirical Test on Spanish Political Parties and Voters”, *Representation*, 44(1), pp. 51-68. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890701869124>
- Whiteley, P. (2009). “Government Effectiveness and Political Participation in Britain”, *Representation* 45(3), pp. 247-257. <http://dx.doi.org/10.1080/00344890903129459>

Websites

- Comissão Nacional de Eleições, (2007). “Portal do Eleitor”. <http://eleicoes.cne.pt/>
- European Commission (2015). “Eurobarometer Interactive”. <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>
- Pordata (2015), “Participação Eleitoral”. Bases de Dados Portugal Contemporâneo. <http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Participa%C3%A7%C3%A3o+Eleitoral-44>

ANEXOS

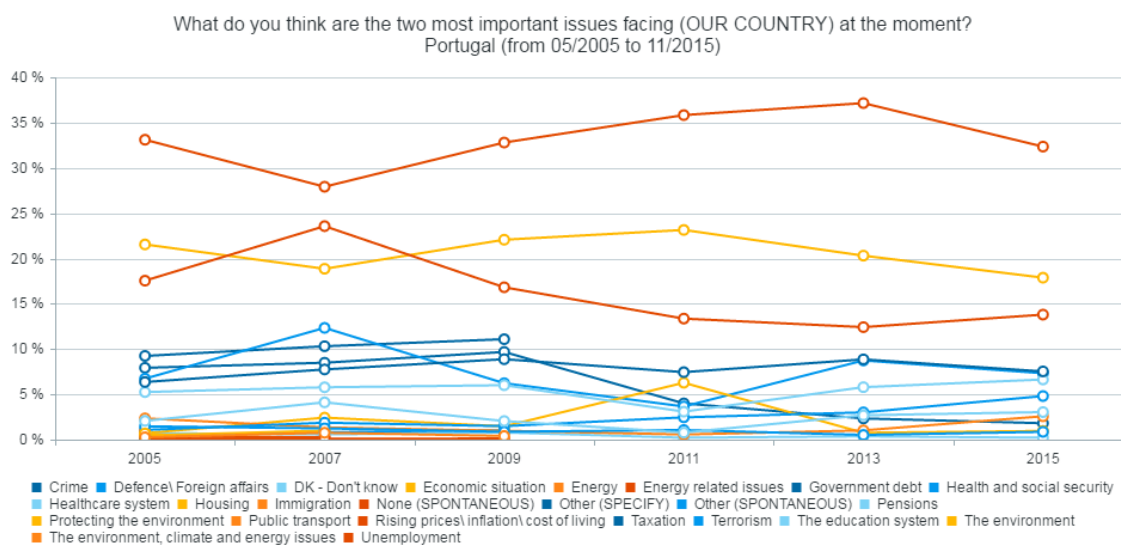


Gráfico 1 "Quais são os dois principais problemas que o seu país enfrenta neste momento?" – Portugal (de 05/2005 a 11/2015)¹⁰⁶

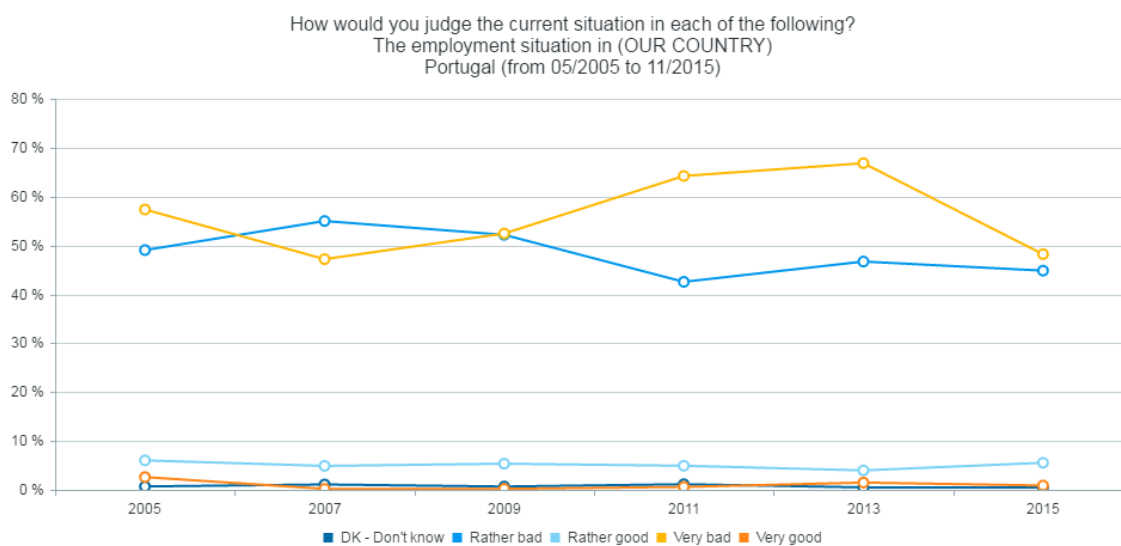


Gráfico 2 "Como classifica a atual situação do emprego no seu país?" - Portugal (05/2005 a 11/2015)¹⁰⁷

¹⁰⁶ European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive".

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹⁰⁷ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive".

<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

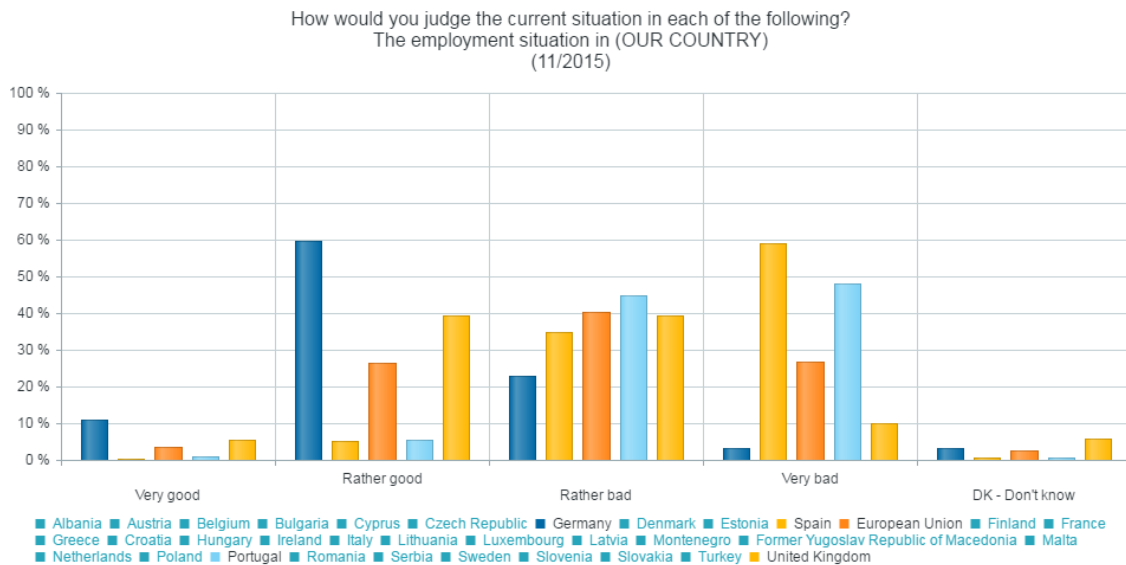


Gráfico 3 "Como classifica a atual situação do emprego no seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹⁰⁸

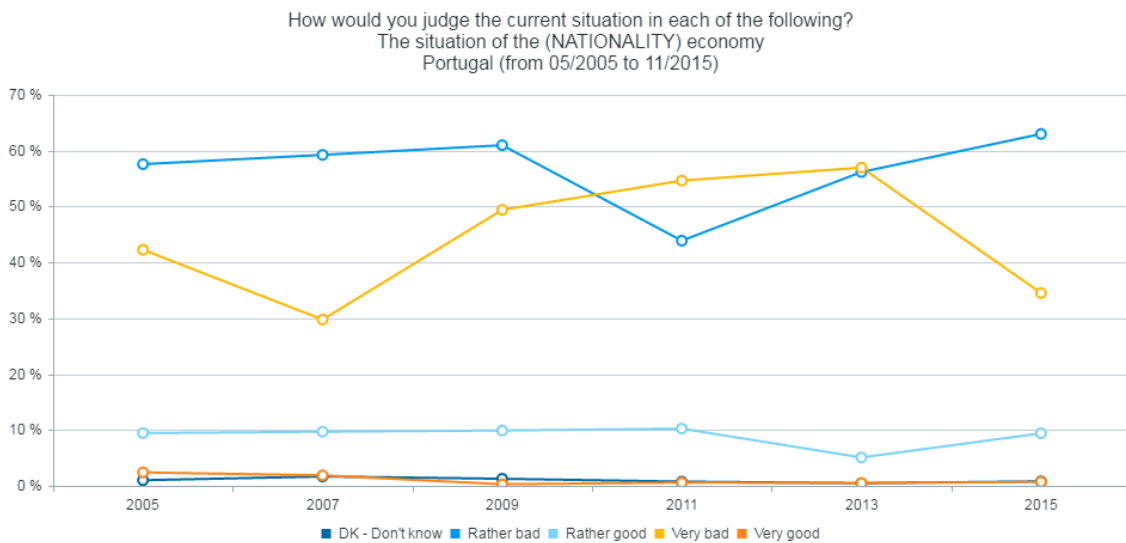


Gráfico 4 "Como classifica a atual situação económica do seu país?" - Portugal (de 05/2005 a 11/2015)¹⁰⁹

¹⁰⁸ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹⁰⁹ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

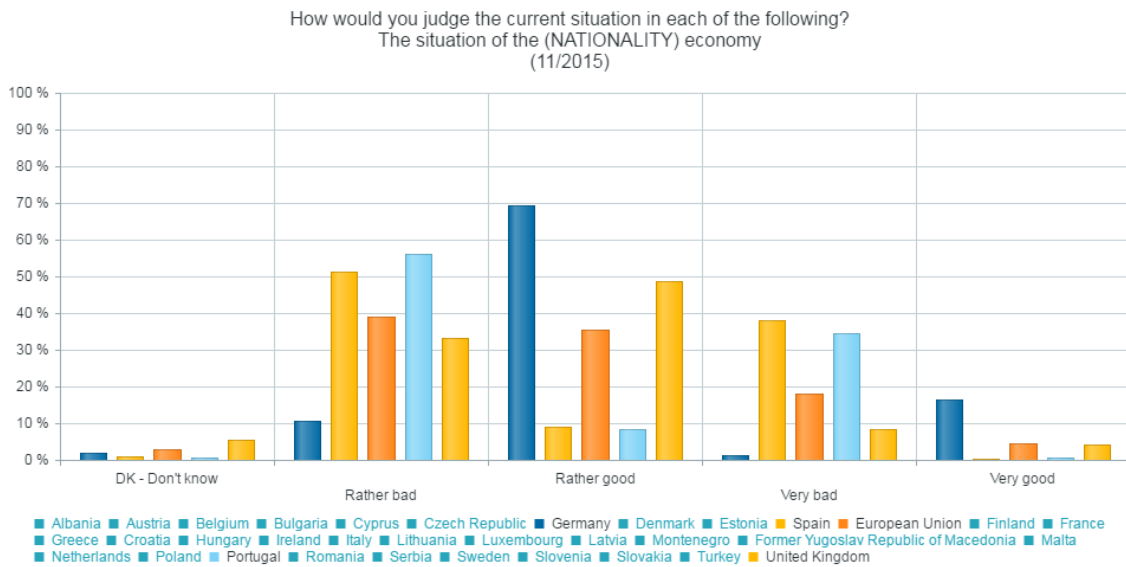


Gráfico 5 "Como classifica a atual situação económica do seu país?" – Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹¹⁰

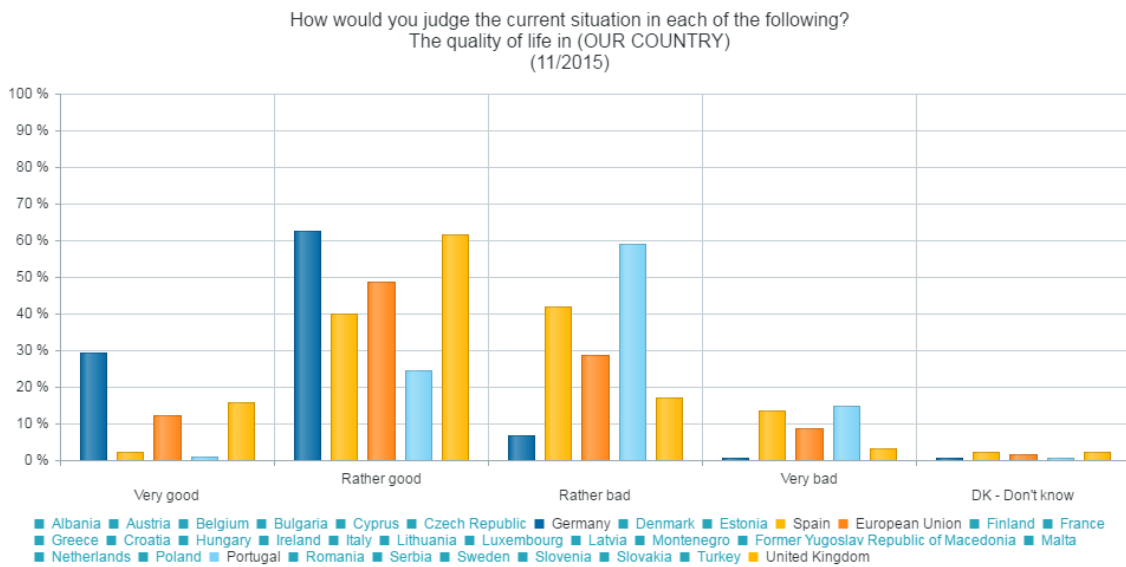


Gráfico 6 "Como avalia atualmente a qualidade de vida no seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹¹¹

¹¹⁰ *Id., Ibid.* European Commission (2015). “Eurobarometer Interactive”. <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹¹¹ *Id., Ibid.* European Commission (2015). “Eurobarometer Interactive”. <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?

The (NATIONALITY) government
Portugal (from 10/2001 to 11/2015)

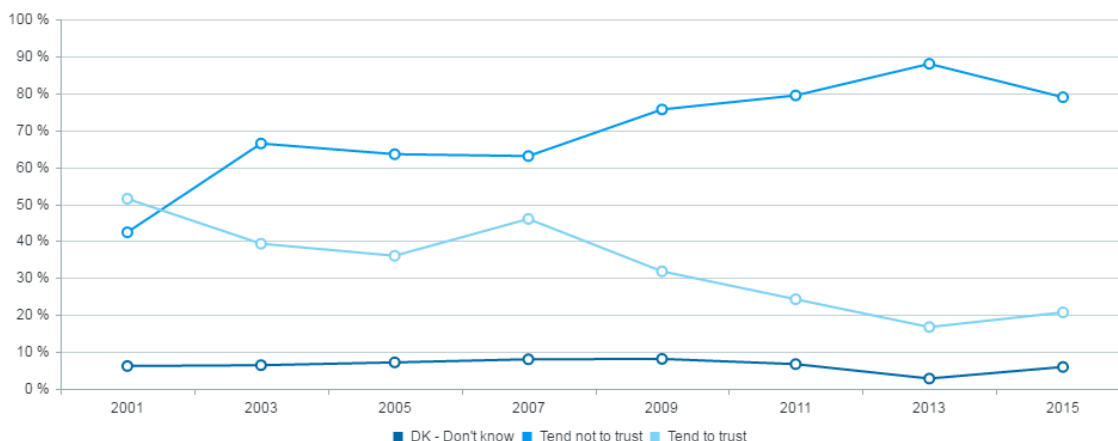


Gráfico 7 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Governo do seu país?" - Portugal (10/2001 a 11/2015)¹¹²

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?

The (NATIONALITY) government
(11/2015)

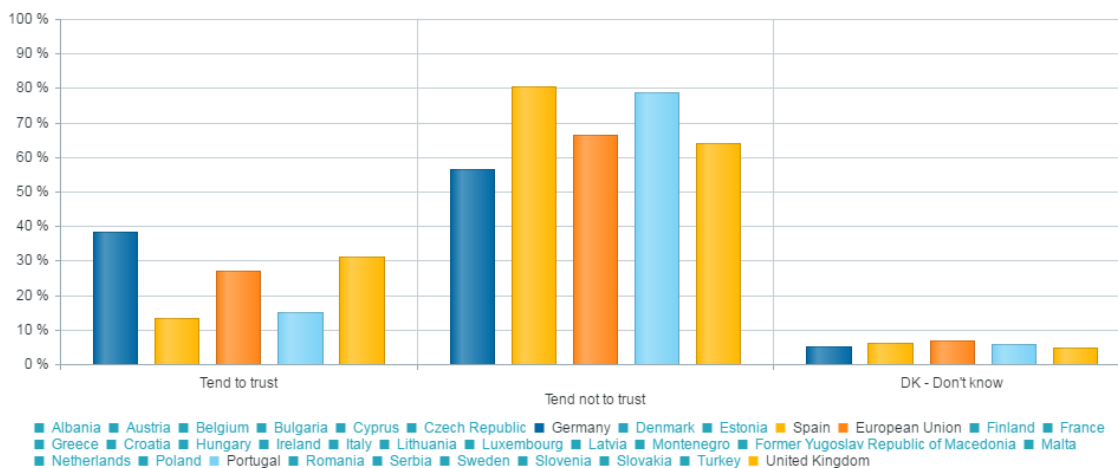


Gráfico 8 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Governo do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹¹³

¹¹² *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹¹³ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?
The (NATIONALITY) government
(10/2001)

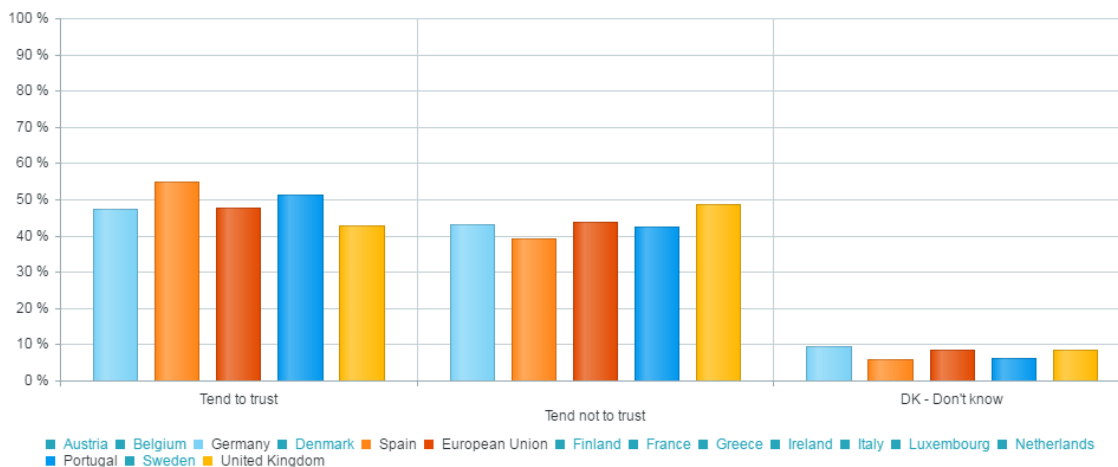


Gráfico 9 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Governo do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (10/2001)¹¹⁴

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?
The (NATIONALITY) Parliament
Portugal (from 11/2000 to 11/2015)

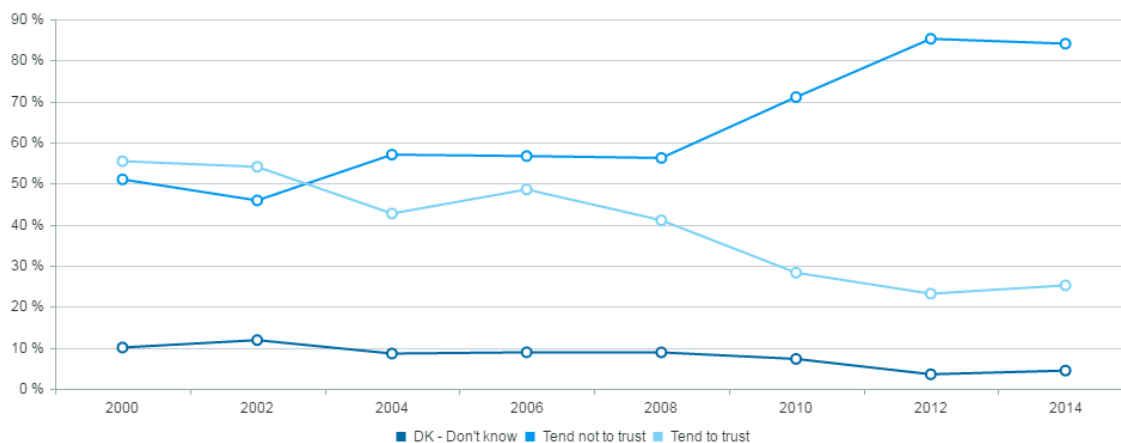


Gráfico 10 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento do seu país?" - Portugal (11/2000 a 11/2015)¹¹⁵

¹¹⁴ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹¹⁵ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

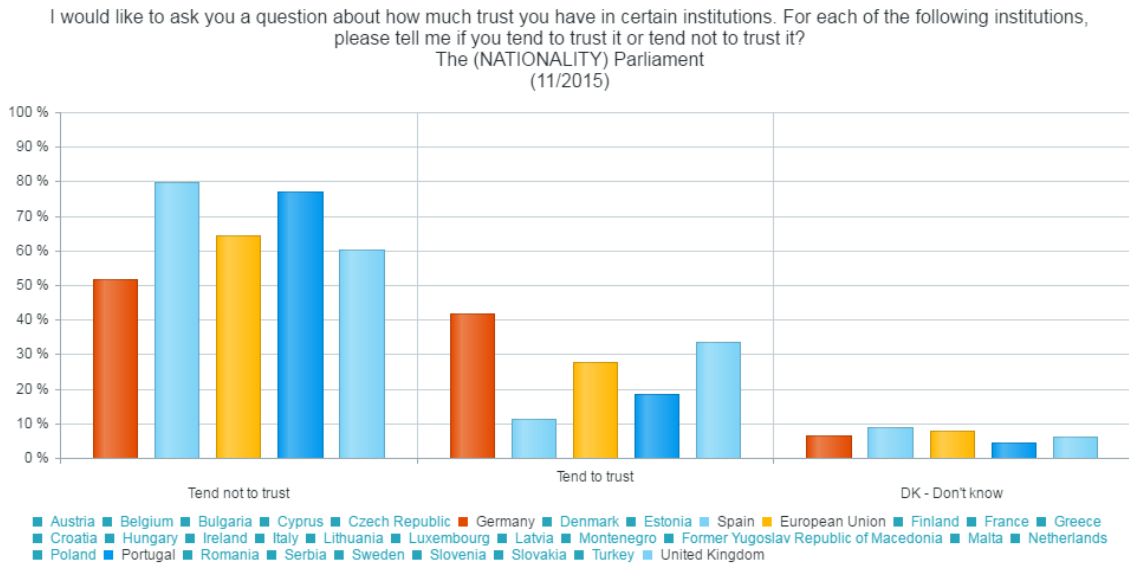


Gráfico 11 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹¹⁶

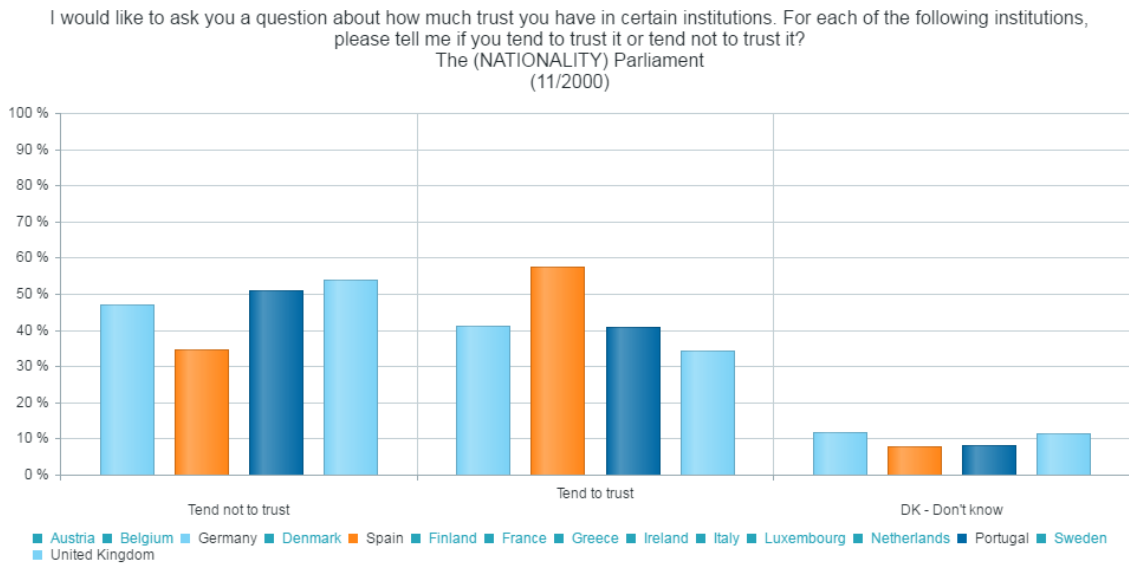


Gráfico 12 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento do seu país?" - Alemanha, Espanha, Portugal e Reino Unido (11/2000)¹¹⁷

¹¹⁶ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹¹⁷ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?
Justice/the (NATIONALITY) legal system
Portugal (from 04/2001 to 05/2015)

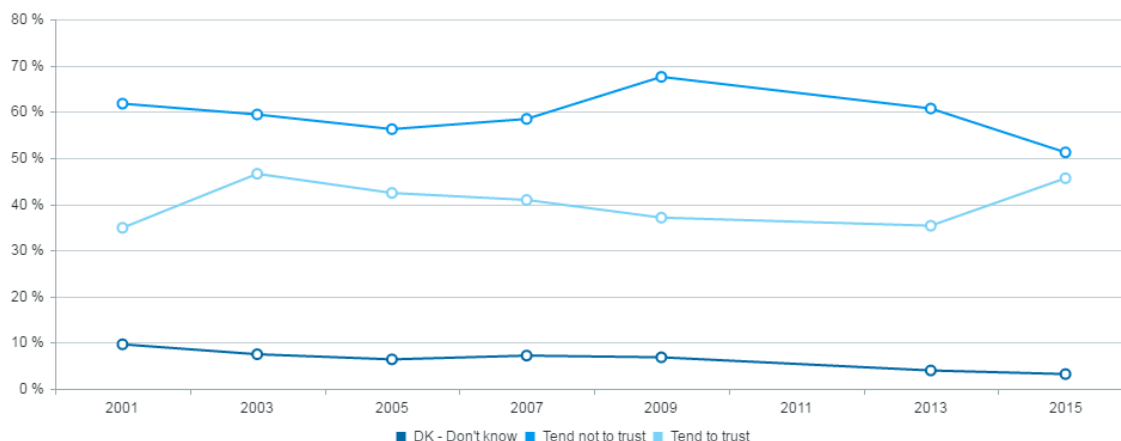


Gráfico 13 "Tem tendência para confiar ou não confiar na Justiça/sistema legal do seu país?" - Portugal (04/2001 a 05/2015)¹¹⁸

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?
Justice/the (NATIONALITY) legal system
(05/2015)

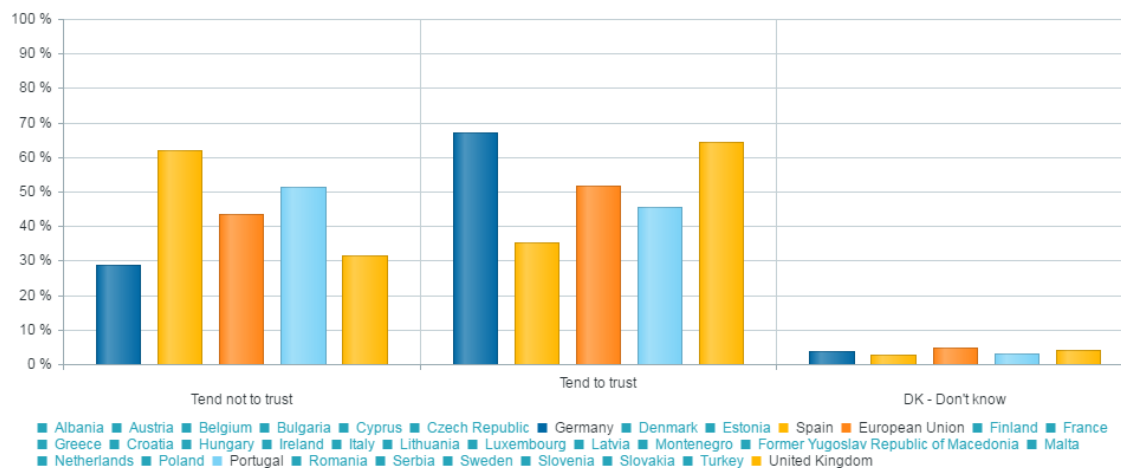


Gráfico 14 "Tem tendência para confiar ou não confiar na Justiça/sistema legal do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (05/2015)¹¹⁹

¹¹⁸ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹¹⁹ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

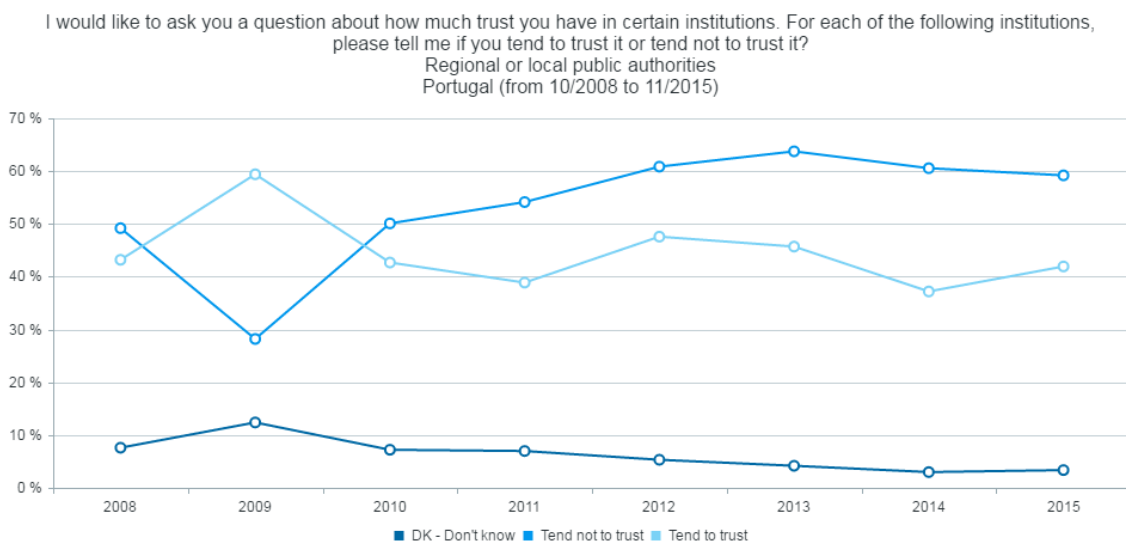


Gráfico 15 "Tem tendência para confiar ou não confiar nos governos de autoridade pública local ou regional do seu país?" - Portugal (10/2008 a 11/2015)¹²⁰

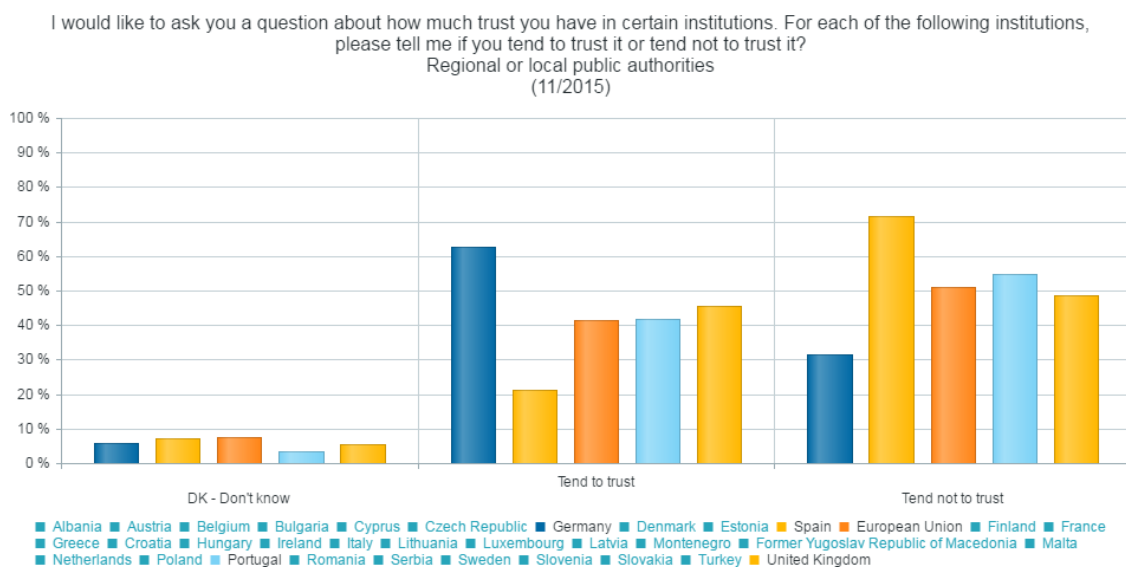


Gráfico 16 "Tem tendência para confiar ou não confiar nos governos de autoridade pública local ou regional do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹²¹

¹²⁰ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹²¹ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

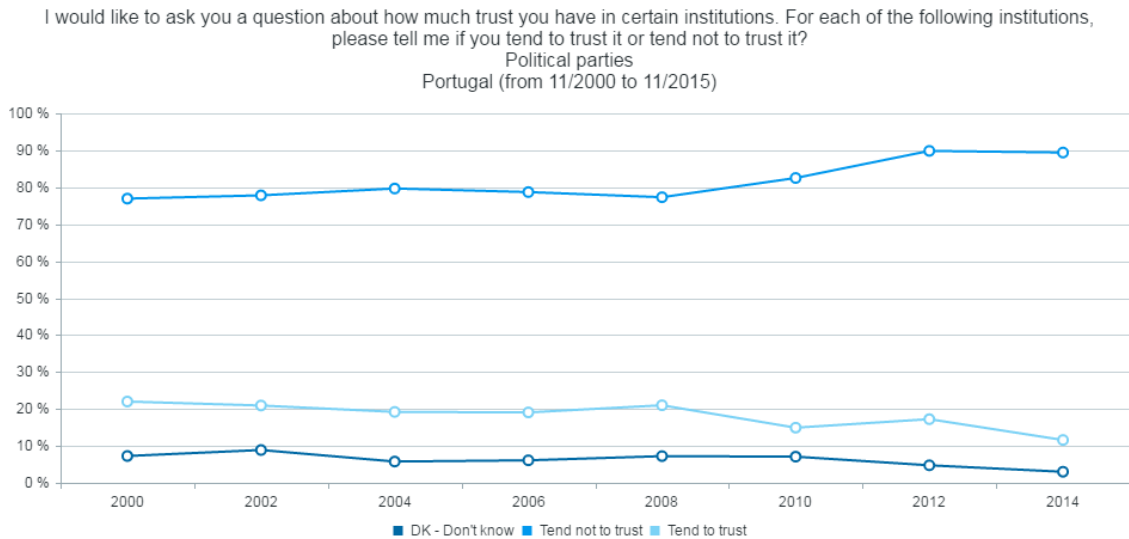


Gráfico 17 "Tem tendência para confiar ou não confiar nos partidos políticos do seu país?" - Portugal (11/2000 a 11/2015)¹²²

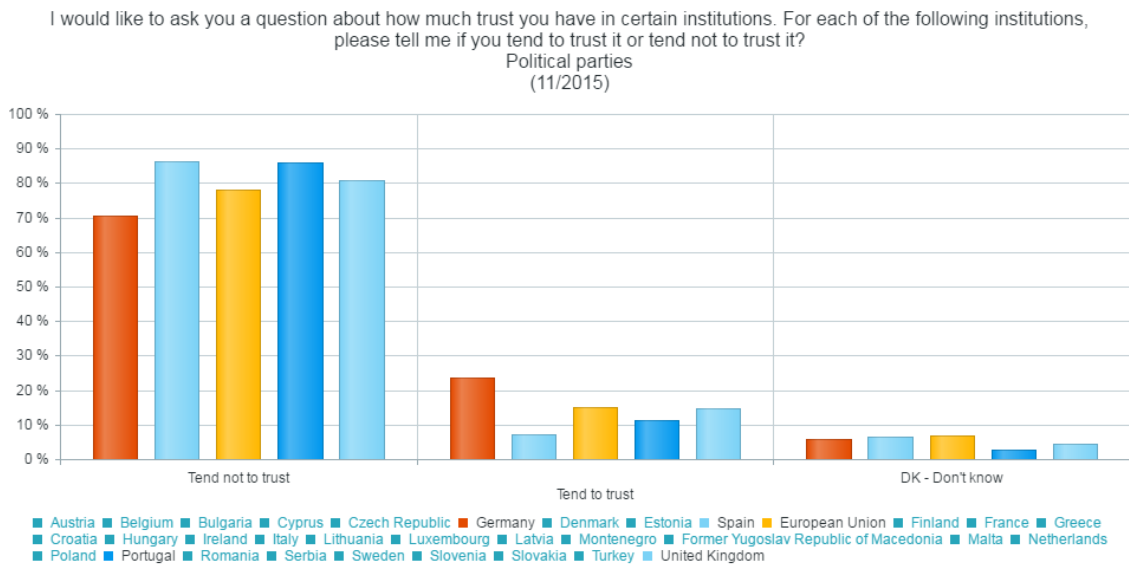


Gráfico 18 "Tem tendência para confiar ou não confiar nos partidos políticos do seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹²³

¹²² *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹²³ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

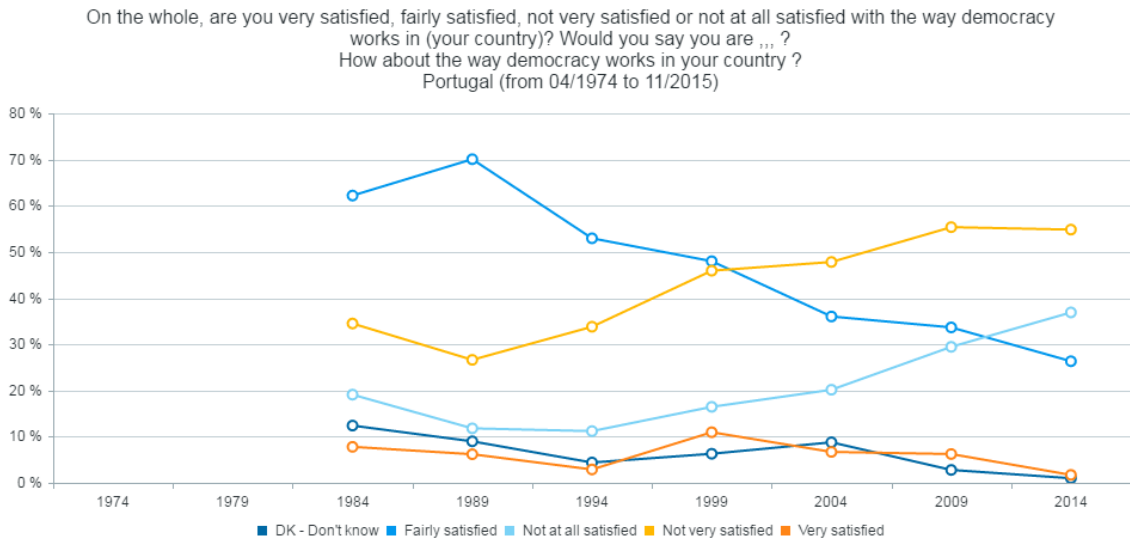


Gráfico 19 "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no seu país?" - Portugal (04/1974 a 11/2015)¹²⁴



Gráfico 20 "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia no seu país?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹²⁵

¹²⁴ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹²⁵ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

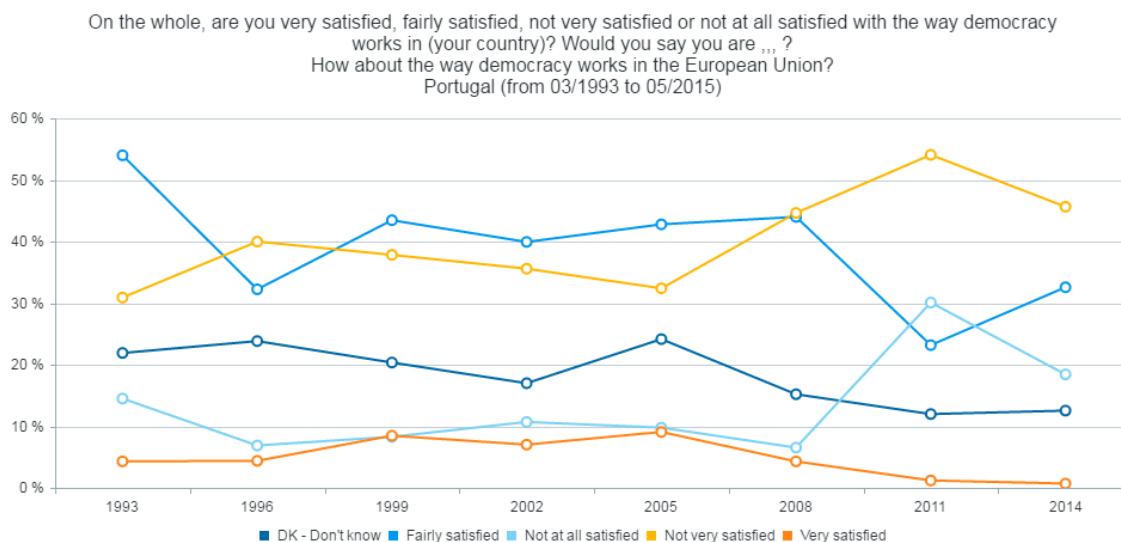


Gráfico 21 "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?" - Portugal (03/1993 a 11/2015)¹²⁶



Gráfico 22 "No geral, considera-se muito satisfeito, satisfeito, insatisfeito ou muito insatisfeito com o funcionamento da democracia na União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹²⁷

¹²⁶ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹²⁷ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

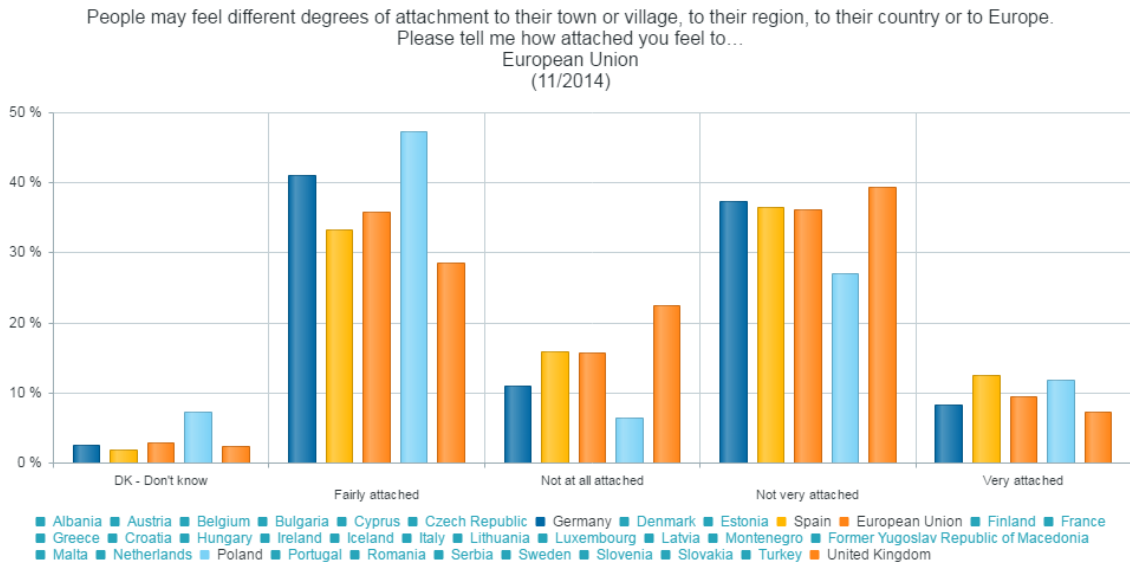


Gráfico 23 "Como avalia a sua ligação/sentimento de pertença à União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2014)¹²⁸

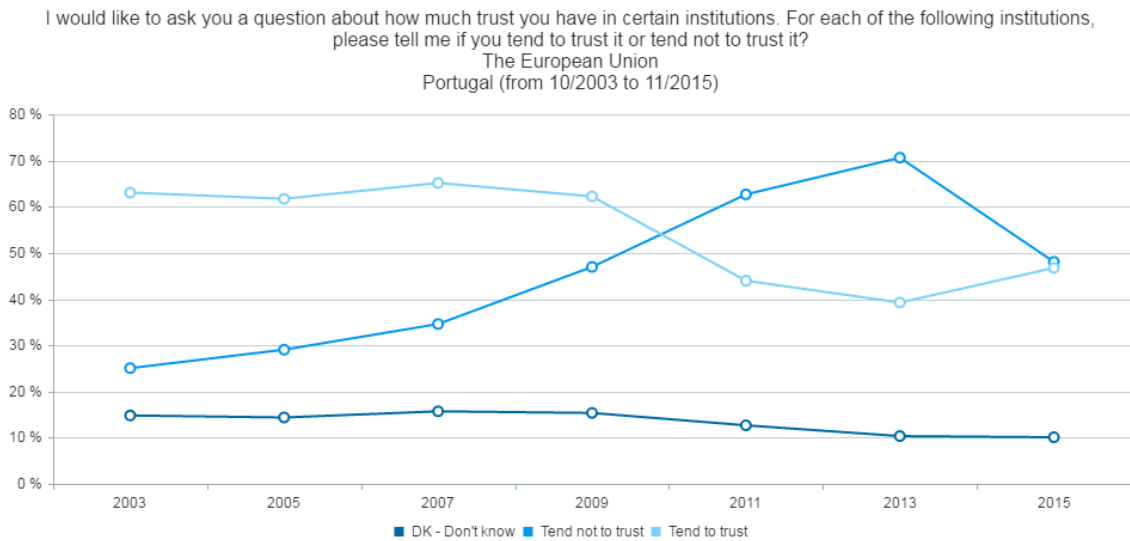


Gráfico 24 "Tem tendência para confiar ou não confiar na União Europeia?" - Portugal (10/2003 a 11/2015)¹²⁹

¹²⁸ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹²⁹ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?

The European Union
(11/2015)

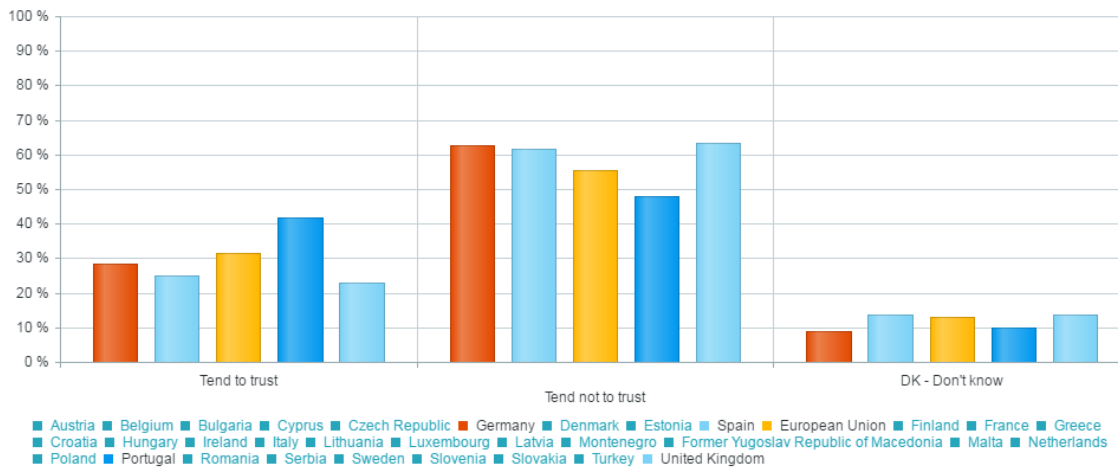


Gráfico 25 "Tem tendência para confiar ou não confiar na União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹³⁰

I would like to ask you a question about how much trust you have in certain institutions. For each of the following institutions, please tell me if you tend to trust it or tend not to trust it?

The European Union
(10/2003)

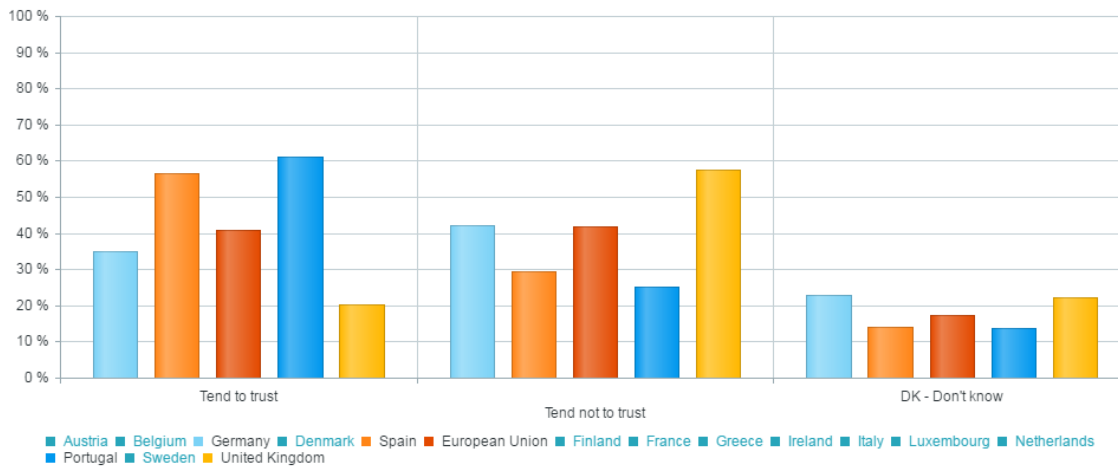


Gráfico 26 "Tem tendência para confiar ou não confiar na União Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (10/2003)¹³¹

¹³⁰ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹³¹ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

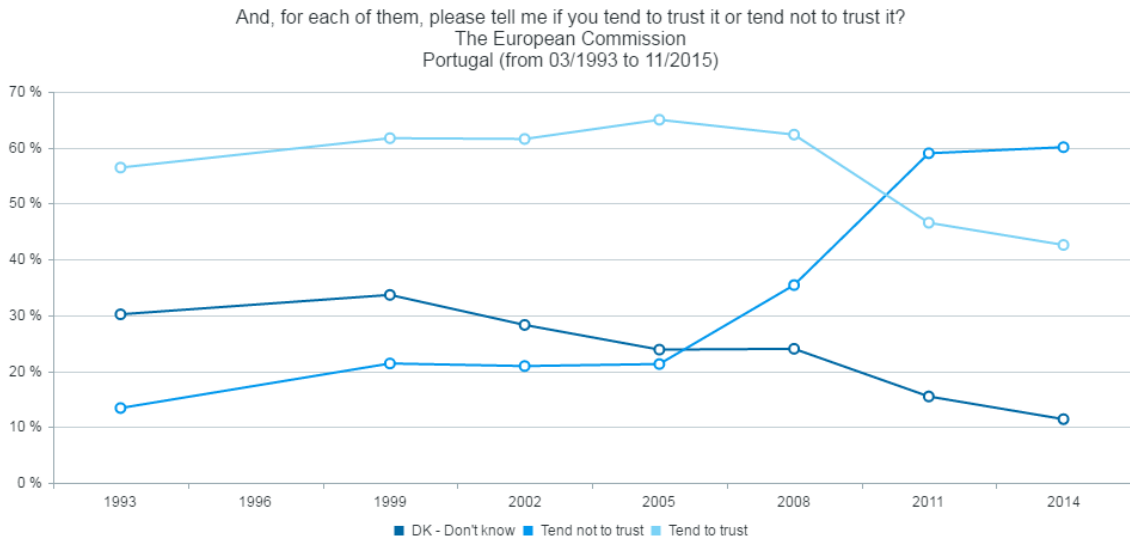


Gráfico 27 "Tem tendência para confiar ou não confiar na Comissão Europeia?" - Portugal (03/1993 a 11/2015)¹³²

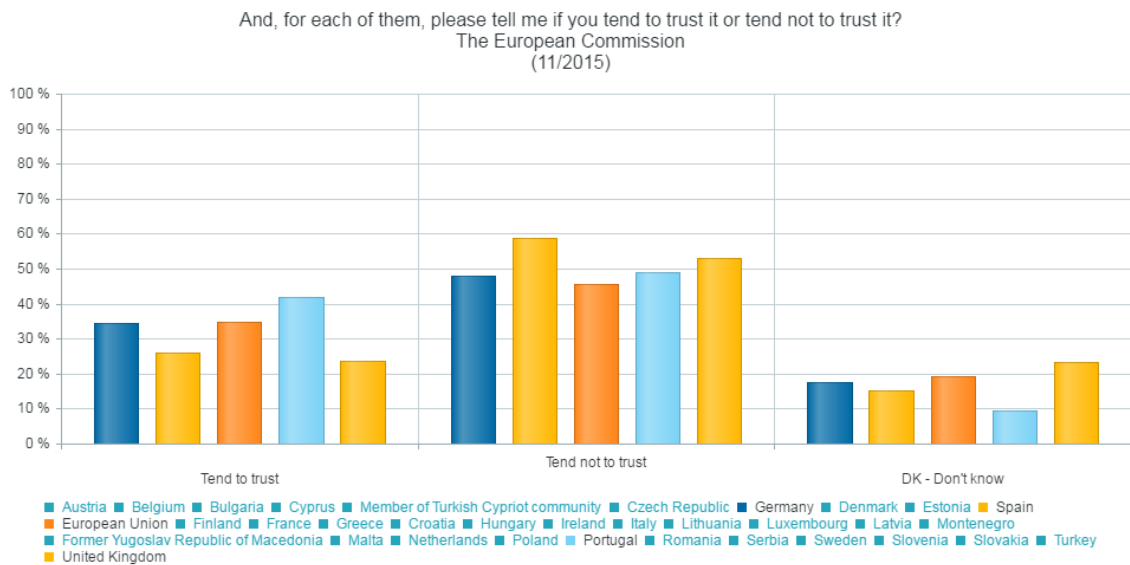


Gráfico 28 "Tem tendência para confiar ou não confiar na Comissão Europeia?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹³³

¹³² *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹³³ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

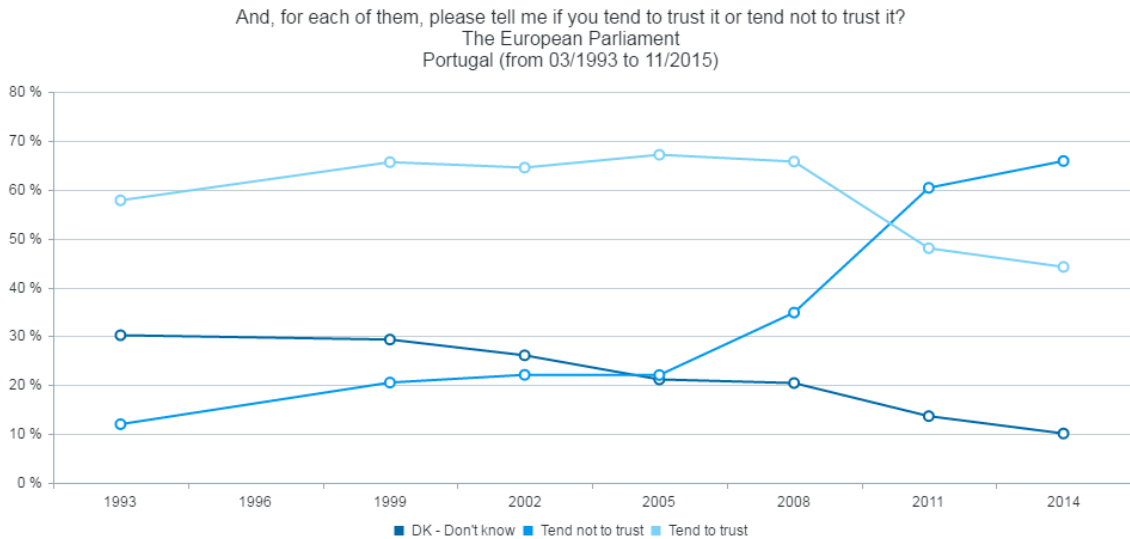


Gráfico 29 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento Europeu?" - Portugal (03/1993 a 11/2015)¹³⁴

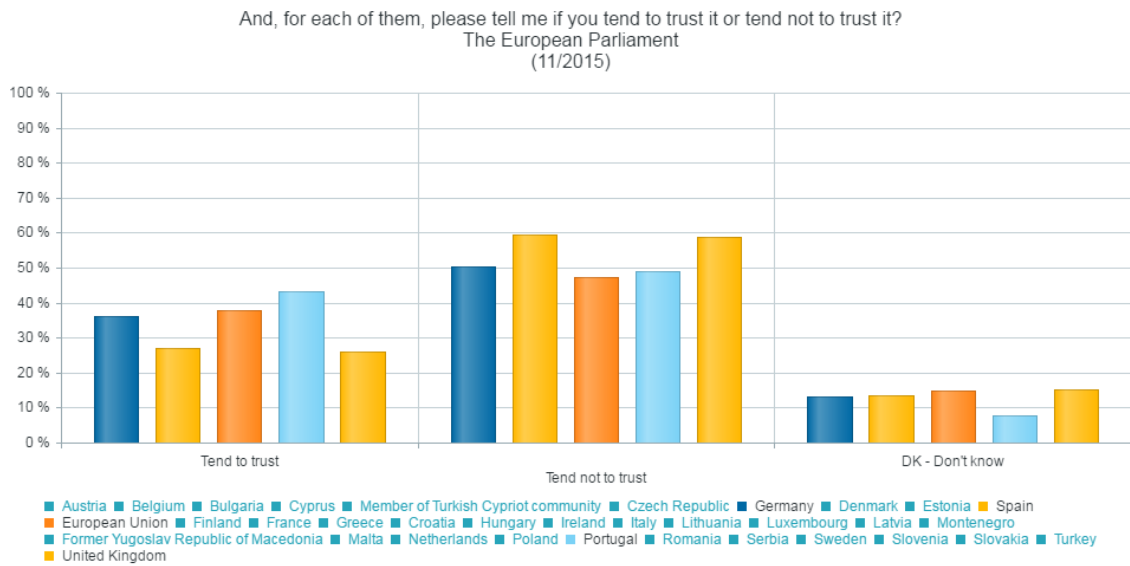


Gráfico 30 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Parlamento Europeu?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹³⁵

¹³⁴ *Id., Ibid.* Commission (2015). "Eurobarometer Interactive".
<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹³⁵ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive".
<http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

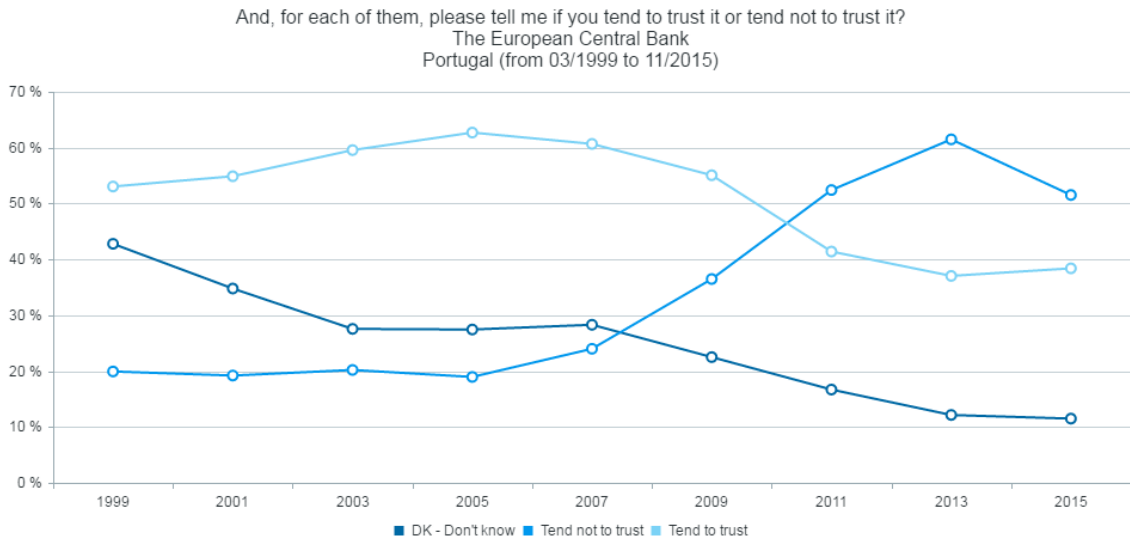


Gráfico 31 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Banco Central Europeu?" - Portugal (03/1999 a 11/2015)¹³⁶

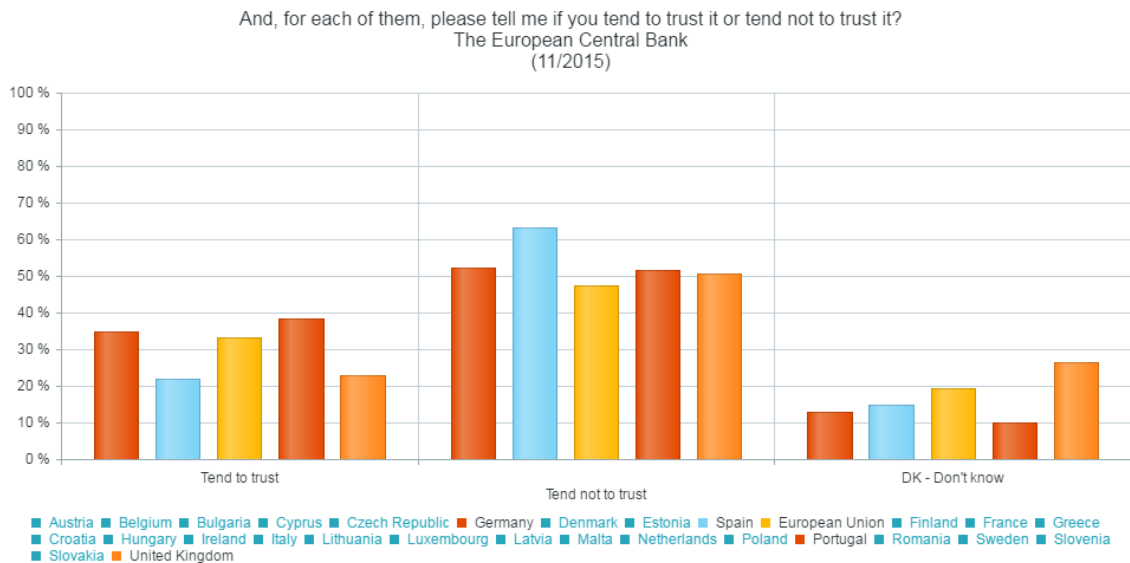


Gráfico 32 "Tem tendência para confiar ou não confiar no Banco Central Europeu?" - Alemanha, Espanha, União Europeia, Portugal e Reino Unido (11/2015)¹³⁷

¹³⁶ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

¹³⁷ *Id., Ibid.* European Commission (2015). "Eurobarometer Interactive". <http://ec.europa.eu/COMMFrontOffice/PublicOpinion/index.cfm/Chart/index>

Taxa - %

Anos	Taxa de abstenção		
	Total	Residentes em Portugal	Residentes no estrangeiro
+ 1975	8,5	8,3	36,8
+ 1980	15,2	14,6	39,5
1985	25,7	24,6	70,0
1987	28,5	27,4	73,5
1991	32,6	31,8	67,4
1995	33,8	32,9	76,2
1999	39,0	38,2	76,5
2002	38,4	37,7	75,6
2005	35,6	35,0	75,3
2009	40,3	39,5	84,7
2011	41,9	41,1	83,1
2015	44,1	43,0	88,3

Tabela 1 Taxa de abstenção nas eleições para a Assembleia da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro - Portugal¹³⁸

¹³⁸ Pordata (2015), “Participação Eleitoral”. Bases de Dados Portugal Contemporâneo. <http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Participa%C3%A7%C3%A3o+Eleitoral-44>

Taxa - %

Anos	Taxa de abstenção		
	Total	Residentes em Portugal	Residentes no estrangeiro
1976	24,6	24,6	-
1980	15,8	15,8	-
1986	21,8	21,8	-
1991	38,0	38,0	-
1996	33,6	33,6	-
2001	↓50,0	↓49,1	↓91,7
2006	38,5	37,4	89,9
2011	53,5	52,5	94,5
2016	51,3	49,9	95,3

Tabela 2 Taxa de abstenção nas eleições para a Presidência da República: total, residentes em Portugal e residentes no estrangeiro - Portugal¹³⁹

¹³⁹ *Id.*, *Ibid.* Pordata (2015), “Participação Eleitoral”. Bases de Dados Portugal Contemporâneo. <http://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Participa%C3%A7%C3%A3o+Eleitoral-44>